

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO PPA PLANO PLURIANUAL 2012 - 2015



Por:

Irene Léia Bossois

Secretaria de Estado de Economia e Planejamento - SEP

Secretaria de Normas e Sistemas de Gestão Orçamentária - GENSIG

Tel.: (27) 3636-4269

E-mail: irene.leia@planejamento.es.gov.br

Realização:

Secretaria
de Estado
de Economia
e Planejamento





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETÁRIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

PPA 2012 – 2015

METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO



Por: IRENE LÉIA BOSSOIS
E-mail: irene.leia@planejamento.es.gov.br

Ano 2011



GUILHERME HENRIQUE PEREIRA
Secretário de Estado de Economia e Planejamento

ANA MARIA JAHEL ANTUNES
Subsecretária de Estado de Orçamento

Gerência de Normas e Sistemas de Gestão Orçamentária
JOSÉ JACYR DO NASCIMENTO

Gerência de Programação e Controle Orçamentário
ANTONIO CARLOS AMORIM

Equipe Técnica

CLÁUDIA SAUDINO DE ALMEIDA
FERNANDO ANTONIO BISSOLI
FILIPE CRUZ BILUCAS
IRENE LÉIA BOSSOIS
LUCIANO CAIRES FERREIRA
MARCOS ANTONIO DOS SANTOS
MÁRIO ÂNGELO ALVES DE OLIVEIRA
SANDRA MARIA RODRIGUES
VALÉRIA COSER BOYNARD
VILMA GONÇALVES MEIRELES
VÍVIAN LOUZADA SONCIN
WANDER SOARES MARREIRO

Estagiários

JEFERSON LARANJEIRAS DOS SANTOS
LUCAS RIBEIRO R. FERREIRA

Sumário

Apresentação	4
1 - Introdução	5
1.1 - Programas Estruturantes.....	8
1.2 - Ações Prioritárias	9
1.2.1 - Eixo I: Melhoria da Gestão Pública e Valorização do Servidor	9
1.2.2 - Eixo II: Desenvolvimento da Educação, Cultura, Esporte e Lazer.....	12
1.2.3 - Eixo III: Produção do Conhecimento, Inovação e Desenvolvimento	16
1.2.4 - Eixo IV: Integração logística	20
1.2.5 - Eixo V: Desenvolvimento de Infraestrutura Urbana.....	22
1.2.6 - Eixo VI: Empregabilidade, Participação e Proteção social.....	24
1.2.7 - Eixo VII: Atenção integral á saúde	27
1.2.8 - Eixo VIII: Prevenção e Redução da Criminalidade	29
1.2.9 - Eixo IX: Distribuição dos Frutos do Progresso.....	31
1.2.10 - Eixo X: Inserção Nacional	34
2 - Metodologia Da União.....	36
3 - PPA 2012-2015- Metodologia de Elaboração.....	37
3.1 - Aspectos Legais	40
3.2 - Participação Popular no PPA 2012-2015.....	42
4 - PPA 2012-2015 - Novos Caminhos	43
4.1 - Atributos Do Programa	43
4.2 - Atributos Das Ações:	45
4.2.1 - Atributos Quantitativos das Ações.....	48
4.3 - Critérios Para a Quantificação Financeira das Metas	50
4.4 - Classificação da Despesa	51
4.5 - Ações Padronizadas	51
5 - Conclusão.....	53
6 - Bibliografia	54
Anexo I.....	55
Anexo II.....	57
Anexo III	61
Anexo IV	63
ANEXO V	65

Apresentação

O início do mandato do governante é o momento no qual são renovados e reformulados novos compromissos políticos e administrativos com a população.

Este também é o momento de elaboração do Plano Plurianual para os próximos 4 anos.

Planejar um mandato não é um processo novo, todavia, planejar a médio prazo e, na medida do possível articulado com a metodologia da União e com participação popular, é um grande desafio e uma demanda crescente.

Este Manual/Apostila é um documento técnico que orienta a elaboração do Plano Plurianual do Estado do Espírito Santo para o período 2012-2015. Nele estão contempladas as premissas do Planejamento Estratégico do Governo de médio prazo para a gestão 2011-2014, além de rever e aprofundar as orientações contidas no Plano de Desenvolvimento ES 2025. Mantém o foco na gestão por resultado, traduzidos em melhoria de oferta de bens(obras e serviços) públicos dentro dos princípios republicanos, podendo ser avaliados por indicadores que medem a qualidade de vida da população.

Para que não expresse apenas um conjunto de boas intenções, o Plano Plurianual tem que estar assentado em bases sólidas, com a adoção criteriosa e realista das finanças do Estado e sua capacidade de gestão, governança e credibilidade.

A Secretaria de Estado de Economia e Planejamento com esta expectativa, espera estar contribuindo com a visão da moderna gestão pública, criando a oportunidade para a formação continuada de um corpo técnico preparado para atuar frente a uma sociedade que cada vez mais cobra dos governantes uma prestação de serviços públicos de qualidade e transparência nas ações governamentais.

1 - Introdução

O PPA 2012-2015 será elaborado num contexto de importantes mudanças conceituais.

O novo governo que assume, após 8 anos de prática administrativa orientada pelo Planejamento estratégico e pela gestão para resultados , compromete-se com o avanço deste modelo, propondo a gestão por resultados a partir de um modelo matricial, espelhando-se na experiência do Estado de Pernambuco. A este respeito, vale citar um trecho do discurso do Governador, Renato Casagrande , no Seminário de Planejamento estratégico “Caminhos para o Amanhã”.

Sem [...] “planejamento, corremos sempre o risco de ir além das nossas possibilidades. Foi assim que muitos governantes, no impulso de colocar em prática seus projetos, acabaram comprometendo as finanças públicas e legando dificuldades para seus sucessores.

Não vamos discutir aqui projetos sem viabilidade, factóides ou peças de propaganda. O que desejo ver em cada um de vocês é a saudável ousadia de quem confia no potencial do nosso Estado e na capacidade da nossa gente. Vamos trabalhar de maneira integrada, com base em comitês temáticos que reúnem diferentes secretarias. “É assim também que devem ser pensadas nossas prioridades”

Romper com a estrutura burocrática “Departamentalizada” é um desafio que tem sido colocado para a administração pública com vistas a criar sinergias, evitar a duplicação de esforços, e buscar a maximização da ação de governo. A metodologia apresentada no Seminário de planejamento estratégico apóia-se nos seguintes pilares:

1. Visão estratégica
2. Foco em resultados
3. Direcionamento para o público-alvo
4. Gerenciamento intensivo

No campo operacional esta metodologia seguiu os passos descritos no fluxograma, a seguir:



A equipe de coordenação do governo definiu os eixos estratégicos e os desafios com base nos documentos e compromissos programáticos assumidos durante o processo eleitoral e no Programa de Governo 2025, elegendo dez eixos estratégicos, a saber:



A partir desta definição, foram estruturados os comitês, 1(um) para cada eixo estratégico, composto por Secretários e gestores das áreas abrangidas pelo eixo definido.

O Decreto 2654 R de 06 de janeiro de 2011 fixou os seguintes Comitês:

CONFIRA ABAIXO A COMPOSIÇÃO DOS COMITÊS POR EIXOS ESTRATÉGICOS:		
I - Melhoria da Gestão Pública e Valorização do Servidor a) Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos; b) Secretário de Estado da Fazenda; c) Secretário de Estado de Governo; d) Secretário de Estado de Controle e Transparência;	IV - Integração Logística a) Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas; b) Secretário de Estado de Desenvolvimento; c) Secretário de Estado do Turismo; V - Desenvolvimento da Infraestrutura Urbana a) Secretário de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano; b) Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas;	VIII - Prevenção e Redução da Violência a) Secretário de Estado Extraordinário de Ações Estratégicas; b) Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social; c) Secretário de Estado de Justiça; d) Defensor Público Geral;
II - Desenvolvimento da Educação, Cultura, Esportes e Lazer a) Secretário de Estado da Educação; b) Secretário de Estado da Cultura; c) Secretário de Estado de Esportes e Lazer;	VI - Empregabilidade, Participação e Proteção Social a) Secretário de Estado do Trabalho Assistência e Desenvolvimento Social; b) Secretário de Estado da Saúde; c) Secretário de Estado da Cultura; d) Secretário de Estado de Esportes e Lazer;	IX - Distribuição dos Frutos do Progresso a) Secretário de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca; b) Secretário de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social;
III - Produção do Conhecimento, Inovação e Desenvolvimento a) Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia; b) Secretário de Estado de Desenvolvimento; c) Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos; d) Secretário de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca;	VII - Atenção Integral à Saúde a) Secretário de Estado da Saúde; b) Secretário de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social;	X - Inserção Nacional a) Superintendente Estadual de Comunicação Social; b) Secretário de Estado da Cultura; c) Secretário Chefe da Casa Civil; d) Secretário de Estado do Governo; e) Chefe de Gabinete do Governador.

O eixo VIII foi modificado após publicação inicial, para “**Prevenção e Redução da Criminalidade**”, o eixo X não possui Programas, mas apenas linhas propositivas.

Estes comitês, em conjunto com a equipe de Coordenação do Governo, formularam os desafios, estratégias, projetos e ações estratégicas, e as entregas por cada eixo, material sistematizado pela Subsecretaria de Planejamento Estratégico, em um caderno de trabalho, que foi a base de discussão do Seminário de Planejamento Estratégico do Governo.

Neste Seminário, os participantes foram distribuídos em grupos, por eixo estratégico, e após debate, apresentaram contribuições e/ou alterações para cada tema apresentado com as respectivas estratégias e entregas, dando origem a um novo material enriquecido pelas várias contribuições dos setores envolvidos. Na fase de consolidação, as propostas extraídas do Seminário de Planejamento Estratégico foram objeto de Audiências Públicas, por cada uma das Microrregiões de planejamento do Estado, a partir das quais, o Plano de Governo será validado. Com isto, o governo está trabalhando com eixos estratégicos, desafios, estratégias por cada desafio, Programas e Ações prioritárias por cada estratégia definida, conforme exemplo a seguir:

<i>EIXO: Desenvolvimento da Educação, Cultura, Esporte e lazer;</i>	
<i>DESAFIO: Universalizar a Educação Básica</i>	
<i>ESTRATÉGIA: Apoiar a Ampliação de vagas na pré-escola e no ensino fundamental</i>	Entregas
<i>AÇÃO: Cooperação técnica e Financeira com os Municípios para Ampliar e melhorar o atendimento na pré-escola</i>	68 unidades de educação infantil apoiadas com obras de infraestrutura

A partir deste processo foram formulados 16 programas estruturantes e cerca de 200 projetos e atividades prioritários que são a base para a elaboração do PPA 2012-2015, conforme transcrito, a seguir:

1.1 - Programas Estruturantes

Os Programas Estruturantes, descritos abaixo, poderão sofrer alterações até a conclusão do prazo de elaboração do PPA e ainda não estão formatados.

<i>Modelo de Gestão 2011-2014</i>	
<i>Carteira de Programas Estruturantes</i>	
<i>1-E.S. Digital</i>	<i>9-E.S. sem Lixão</i>
<i>2-Expansão e Melhoria do Ensino Médio</i>	<i>10-Redução da Pobreza</i>
<i>3-Conservação e Recuperação da Cobertura Florestal</i>	<i>11-Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde</i>
<i>4-Educação Profissional</i>	<i>12-Ampliação da Capacidade da Rede de Serviços de Saúde</i>
<i>5-Mobilidade Urbana da RMGV</i>	<i>13-Redução do homicídio</i>
<i>6-Integração Logística Multimodal</i>	<i>14-Modernização da Infraestrutura da Segurança Pública</i>
<i>7-Saneamento (Águas limpas 2)</i>	<i>15-Fortalecimento da Agricultura Familiar</i>
<i>8-Adaptação às Mudanças Climáticas</i>	<i>16-Descentralização do Desenvolvimento</i>

1.2 - Ações Prioritárias

1.2.1 - Eixo I: Melhoria da Gestão Pública e Valorização do Servidor

Desafio - Melhorar a eficiência e a eficácia das ações de Governo			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Ampliar e modernizar o atendimento ao cidadão	Ampliação da Rede Faça Fácil	Modelo de Expansão definido	3 unidades fixas Faça Fácil implantadas
Ampliar a formação, a profissionalização e a valorização do servidor público	Formulação e implantação da Política de Gestão de Pessoas	Política de Gestão de Pessoas reformulada	Política de Gestão de Pessoas implementada
	Capacitação do Servidor Público	Plano, Estrutura e Modelagem do Sistema de Capacitação do Servidor Público elaborados (10.000 servidores capacitados)	Sistema de Capacitação do Servidor Público implementado (30.000 servidores capacitados)
Desenvolver a Gestão Orientada para Resultados	Definição e implementação do Modelo de Gestão para Resultados alinhado com a Gestão Orçamentária	Modelo de Gestão para Resultados formulado	Modelo de Gestão para Resultados implementado

Desafio - Melhorar a eficiência e a eficácia das ações de Governo			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Ampliar o uso da tecnologia da informação e dos Sistemas Corporativos	Implantação do Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA) e sua integração aos Sistemas Corporativos do Governo	SIGA implantado em 5 Secretarias e integrado ao SEP, DIO e SIARHES	SIGA implantado na administração direta e autárquica e integrado ao Sistema de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças
	Implantação do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças integrado aos demais sistemas corporativos do Governo ES	Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças contratado	Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças implantado
	Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação	Política de Tecnologia da Informação do Governo do ES revista	Plano Diretor de Tecnologia da Informação implementado
	Implantação do novo Sistema de Gestão Previdenciária		Sistema de Gestão Previdenciária implantado e em funcionamento
	Expansão da Metro ES para a RMGV		Metro ES expandida para a RMGV
	Implantação da Rede ES – Serviço e Infraestrutura		Rede ES – Serviço e Infraestrutura implantada

Desafio - Melhorar a eficiência e a eficácia das ações de Governo			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Melhorar a infraestrutura, eficiência administrativa e o controle do gasto	Implantação da Central de Compras Corporativas		Central de Compras implantada
	Expansão do “Mais com Menos”	“Mais com Menos” implantado em todos os órgãos (4 itens despesas)	Programa Mais com Menos implantado em todos os órgãos (todos os itens despesas)

Desafio - Ampliar o diálogo entre o Governo e a sociedade			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Aprimorar os mecanismos para promover maior transparência e participação social	Implantação do novo Portal da Transparência integrado com a Ouvidoria	Novo Portal da Transparência integrado com a Ouvidoria implantado	
	Implantação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Econômico-Social		Conselhos Regionais de Desenvolvimento Econômico-Social implantados

Desafio - Ampliar a capacidade de investimento do setor público			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Otimizar a arrecadação, a recuperação de crédito e o acompanhamento da dívida pública	Modernização do Sistema de Informação da Receita Estadual		Sistema de Informação da Receita Estadual implantado e em funcionamento
	Recuperação de créditos tributários e previdenciários	Diagnóstico e auditoria dos processos existentes realizados	Recuperação de valores auditados
	Ampliação da captação de recursos	Estrutura de captação de recursos fortalecida	Recursos e investimentos do Governo Federal incrementados no Estado

Errata

O Projeto/Ação “ Implantação do Plano Diretor de tecnologia da Informação” foi alterado para **“Implantação do Plano Diretor de tecnologia da Informação e Comunicação”** e **eliminada a Entrega para 2011** :“Política de tecnologia da Informação do Governo do E.S. revista”.

No Desafio “Ampliar a capacidade de Investimento do setor público” houve mudança na redação da Estratégia “Otimizar a arrecadação,a recuperação de crédito e o acompanhamento da dívida pública”, para: **“Melhorar a arrecadação, a recuperação de crédito e o acompanhamento da dívida pública’**.

1.2.2 - Eixo II: Desenvolvimento da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Desafio - Elevar a eficiência do Sistema Educacional			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Formar e valorizar os profissionais da Educação	Ampliação do quadro de servidores efetivos da educação	1.200 profissionais da educação contratados por concurso público	3.600 profissionais da educação contratados por concurso público
	Capacitação do quadro de servidores efetivos da educação	5.500 profissionais da educação capacitados	15.000 profissionais da educação capacitados
	Implantação do Centro de Formação do Magistério		Centro de Formação do Magistério implantado
Reduzir indicadores de evasão, repetência e distorção idade-série	Implantação de ações para redução da evasão, repetência e distorção idade-série	2.800 estudantes inseridos em projetos de correção de distorção idade-série	Programa de visita às famílias de estudantes com baixo desempenho e índice de frequência em funcionamento e 8.000 estudantes inseridos em projetos de correção de distorção idade-série

Cont. Eixo: Desenvolvimento da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Desafio - Melhorar a Qualidade da Aprendizagem da Educação Básica			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Ampliar o tempo de permanência do estudante na escola	Aumento da oferta de educação em jornada ampliada	Estudo de oferta de educação com jornada ampliada realizado	30 escolas estaduais, localizadas em regiões vulneráveis, com oferta de educação em tempo integral
Melhorar o processo de ensino-aprendizagem na rede estadual	Desenvolvimento Integrado de Fomento ao esporte, cultura, iniciação científica e educação ambiental nas escolas	135.000 estudantes mobilizados nas ações de esporte e cultura e projeto de incentivo à educação ambiental, com foco na realidade das diversas regiões capixabas, implantado	210.000 estudantes mobilizados nas ações de esporte e cultura e 100% dos estudantes da rede estadual beneficiados pelo projeto de incentivo à educação ambiental

Desafio - Universalizar a Educação Básica			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Ampliar o atendimento aos segmentos mais vulneráveis	Ampliação da oferta da Educação de Jovens e Adultos	Nova proposta de oferta da educação de jovens e adultos definida e 50 mil matrículas ofertadas na modalidade presencial	68 mil novas vagas ofertadas na educação de jovens e adultos, presencial ou à distância, nos 78 municípios
	Ações para redução do analfabetismo	9.000 adultos analfabetos atendidos	60.000 adultos analfabetos atendidos
	Expansão da oferta da educação, cultura, esporte e lazer em prisões	3.800 internos atendidos na educação	100% das unidades prisionais atendidas na educação, cultura e esporte
	Expansão da oferta da educação, cultura, esporte e lazer em unidade de medidas socioeducativas	730 adolescentes atendidos em 6 unidades do IASES	100% das unidades de medidas <u>socioeducativas</u> atendidas na educação, cultura e esporte
	Apoio às comunidades quilombolas na oferta educacional	Estudo sobre necessidade de intervenções físicas em escolas municipais, localizadas em quilombos, realizado	13 escolas municipais, localizadas em quilombos, apoiadas com obras de infraestrutura

Cont. Eixo: Desenvolvimento da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Desafio - Universalizar a Educação Básica			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Ampliar o atendimento aos segmentos mais vulneráveis	Apoio às comunidades indígenas na oferta educacional	7 aldeias indígenas atendidas com suas especificidades	2 novas escolas de ensino médio integrado à educação profissional implantada em comunidades indígenas
	Melhoria da infraestrutura escolar em assentamentos	8 escolas em assentamento reconstruídas	19 escolas em assentamento reconstruídas
	Atendimento às comunidades campesinas com oferta educacional adequada a sua realidade	800 novas vagas ofertadas à jovens dos campo, na educação de jovens e adultos com qualificação profissional e bolsa permanência	Mais 800 novas vagas ofertadas à jovens dos campo, na educação de jovens e adultos com qualificação profissional e bolsa permanência
	Melhoria da educação inclusiva	124 escolas estaduais uni/ <u>pluridocentes</u> com diagnóstico realizado sobre seu funcionamento, com proposição de melhorias	Plano de melhoria das escolas uni/ <u>pluridocentes</u> implementado

Desafio - Universalizar a Educação Básica			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Ampliar o atendimento do ensino médio	Construção de escolas	6 escolas construídas	14 escolas construídas
	Ampliação e modernização das escolas	44 escolas ampliadas e equipadas	96 escolas ampliadas e equipadas
Apoiar a ampliação da oferta de vagas na pré-escola e no ensino fundamental	Cooperação técnica e financeira aos municípios para ampliar e melhorar o atendimento na pré-escola e no ensino fundamental	6 unidades de educação infantil e fundamental apoiadas com obras de infraestrutura	68 unidades de educação infantil apoiadas com obras de infraestrutura

Cont. EIXO: Desenvolvimento da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Desafio - Fomentar a produção e ampliar o acesso aos bens e serviços culturais			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Ampliar o acesso aos produtos culturais e incentivar a prática de atividades artísticas	Educação Patrimonial	500 multiplicadores de educação patrimonial formados	1.500 multiplicadores de educação patrimonial formados
	Desenvolvimento de ações integradas para a preservação, revitalização e uso público dos sítios históricos	5 ações integradas para a preservação, revitalização e uso público dos sítios históricos realizadas	30 ações integradas para a preservação, revitalização e uso público dos sítios históricos realizadas
	Fortalecimento da Rede Cultura Jovem, em parceria com as redes de ensino e outros órgãos	50.000 acessos/mês no Portal <u>Yah</u> registrados	100.000 acessos/mês no Portal <u>Yah</u> registrados
Ampliar o número de espaços culturais	Apoio à elaboração de projetos, construção, melhoria e adequação de espaços culturais e construção de unidades multiuso	Apoio concedido para construção, melhoria e adequação de 12 espaços culturais	20 unidades culturais multiuso construídas
	Conclusão da construção do Cais das Artes	Plano de Gestão concluído	Cais das Artes em funcionamento

Errata

Alterar o Projeto/Ação: "Educação Patrimonial" para: **"Ampliação da Educação patrimonial"**.

Alterar a Entrega 2011 "plano de gestão concluído", para: **"Plano de gestão do Cais das Artes concluído"**.

Desafio - Tornar o Espírito Santo referência nacional e internacional em modalidades esportivas específicas

Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Desenvolver atletas capixabas de alto rendimento esportivo	Ampliação do "Bolsa Atleta"	100 Bolsas Atleta concedidas	450 Bolsas Atleta concedidas
	Fortalecimento do "Compete-ES"	2.000 passagens aéreas emitidas no Compete-ES	8.000 passagens aéreas emitidas no Compete-ES
	Apoio para realização de competições esportivas nacionais e internacionais no Espírito Santo	15 competições esportivas nacionais e internacionais apoiadas e realizadas no Espírito Santo	60 competições esportivas nacionais e internacionais apoiadas e realizadas no Espírito Santo
Divulgar e incentivar o esporte capixaba	Expansão e melhoria da infraestrutura esportiva		Centro de Treinamento Jaime Navarro de Carvalho e 2 Centros Esportivos (Norte e Sul) concluídos
	Conclusão da construção do Estádio Kleber Andrade	Plano de Gestão do Estádio Kleber Andrade concluído	Estádio Kleber Andrade em funcionamento

Desafio - Tornar o Espírito Santo referência nacional e internacional em modalidades esportivas específicas

Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Promover inclusão social por meio de atividades esportivas e de lazer nas áreas mais vulneráveis	Ampliação do "Campeões de Futuro"	22.500 crianças e adolescentes atendidas pelo Campeões de Futuro	25.000 crianças e adolescentes atendidas pelo Campeões de Futuro
	Implantação do "Segundo Tempo"	10.000 crianças e adolescentes atendidos pelo Segundo Tempo	25.000 crianças e adolescentes atendidos pelo Segundo Tempo
	Implantação do "Esporte pela Paz"	2.000 pessoas atendidas pelo Esporte pela Paz na RMGV	16.000 pessoas atendidas pelo Esporte pela Paz na RMGV

1.2.3 - Eixo III: Produção do Conhecimento, Inovação e Desenvolvimento

Desafio - Conservar e recuperar os Recursos Naturais			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Conservar, recuperar e ampliar a cobertura da Mata Atlântica	Estruturação e implementação do projeto Recuperação e Conservação da Mata Atlântica	1.000 hectares implantados	29.000 hectares implantados
Ampliar a capacidade de armazenamento de água para irrigação e outros usos no meio rural	Construção de barragens para <u>reservação</u> de água	9 barragens em construção	30 barragens construídas
Recuperar a disponibilidade com qualidade dos recursos hídricos	Desenvolvimento e Implantação do Sistema de Informação de Recursos Hídricos e Rede de Monitoramento	Plano Estratégico de Gestão dos Recursos Hídricos elaborado	Sistema de Informação de Recursos Hídricos e Rede de Monitoramento implantado
Proteger e recuperar áreas costeiras	Implantação de obras de contenção de proteção costeira	2 obras de proteção costeira iniciadas	6 obras de proteção costeira concluídas

Errata

Correção do termo “**reservação**”, alterado para “**reserva**”, no Projeto/Ação: “Construção de barragens para **reservação** de água”.

Cont.Eixo: Produção do Conhecimento, Inovação e Desenvolvimento

Desafio - Aumentar a capacidade de adaptação e resposta do Estado aos eventos climáticos			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Mitigar os efeitos dos eventos climáticos	Fomento à criação de estrutura operacional de Defesa Civil em todos os municípios do Estado		Estrutura operacional de Defesa Civil em todos os municípios do Estado criada
	Estruturação do Sistema de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais	8 novas estações meteorológicas instaladas, 5 planos municipais de redução de risco e 5 projetos de contenção de encostas elaborados	Sistema de alerta para prevenção de desastres concluído em 30 municípios, 22 novas estações meteorológicas instaladas, 1 radar meteorológico operando, 30 planos municipais de redução de risco elaborados e 1 radar instalado

Desafio - Aumentar a atratividade e competitividade turística do ES			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Ampliar e melhorar a Infraestrutura Turística (Cidades Turísticas)	Construção de Centros de Convenções	Projetos Executivos para o Centro de Convenções de Vitória concluídos e Estudo de viabilidade do Centro das Montanhas concluído	Centro de Convenções de Vitória concluído
	Urbanização da Orla do canal de <u>Guarapari</u>	Projeto Executivo da Orla do canal de <u>Guarapari</u> concluído	Orla do Canal de <u>Guarapari</u> concluída
Promover e comercializar o destino Espírito Santo	Elaboração e implantação do Plano Nacional de Comunicação e Marketing do Turismo do Espírito Santo	Plano Nacional de Comunicação e Marketing do Turismo elaborado	Plano Nacional de Comunicação e Marketing do Turismo implementado

Cont.Eixo: Produção do Conhecimento, Inovação e Desenvolvimento

Desafio - Atender as necessidades de formação profissional, técnica e tecnológica do Estado			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Estabelecer a Rede Estadual de educação profissional, técnica e tecnológica	Estruturação do Sistema Estadual de Educação Profissional de Nível Básico e Tecnológico e do Sistema de Educação à Distância	Proposta do Sistema Estadual de Educação Profissional de Nível Básico e Tecnológico e do Sistema de Educação à Distância elaborada	
	Fortalecimento do "Nossa Bolsa" (graduação) e "Bolsa Técnica"	1.000 novas bolsas de graduação e 1.700 bolsas técnicas concedidas	1.000 novas bolsas de graduação e 1.700 bolsas técnicas concedidas por ano
	Ampliação da Rede Estadual dos Centros de Educação Profissional e dos Centros Vocacionais Tecnológicos	10 Centros de Educação Profissional e/ou Centros Vocacionais Tecnológicos implantados	20 novos Centros de Educação Profissional e/ou Centros Vocacionais Tecnológicos implantados

Desafio - Ampliar a produção científica e a inovação			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Incentivar a formação e a fixação de mestres e doutores	Elaboração e implantação do Projeto de Formação e Permanência de Mestres e Doutores	Projeto de Mestres e Doutores elaborado	Fomento a mestrados e doutorados profissionais, em áreas estratégicas, implantado
Fomentar e incentivar a produção científica e tecnológica	Apoio a projetos científicos, tecnológicos, de desenvolvimento e inovação aplicados às políticas públicas estaduais	1 edital de projeto aplicado às políticas estaduais publicado	3 editais de projetos aplicados às políticas estaduais publicados
Expandir a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação e fortalecer a regionalização e interiorização	Implantação de Rede de Centros de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	5 centros existentes com a rede estruturada	Lei de Inovação aprovada e 2 Centros Tecnológicos implantados

Cont.Eixo: Produção do Conhecimento, Inovação e Desenvolvimento

Desafio - Atrair novos investimentos e agregar mais valor às cadeias produtivas			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Atrair e reter projetos estruturantes e de suas cadeias produtivas	Implantação da carteira de grandes projetos de investimentos	5 grandes projetos com implantação iniciada	10 grandes projetos em implantação
Implantar pólos empresariais	Criação e gestão de Banco de pólos e áreas para atividades empresariais	Banco de áreas para atividades empresariais implantado em 4 regiões	2 pólos empresariais concluídos e Banco de áreas para atividades empresariais implantado nas 12 microrregiões
Estruturar e ampliar a participação da micro e pequena empresa na economia capixaba	Implantação do Projeto Estadual de Fomento as <u>MPEs Urbanas e Rurais</u>	Projeto Estadual de Fomento as <u>MPEs Urbanas e Rurais</u> elaborado	Lei Geral Estadual sancionada e Projeto Estadual de Fomento as <u>MPEs Urbanas e Rurais</u> implantado
	Implantação do Projeto de Capacitação do Empreendedor e de Acesso a Novos Mercados	Projeto de Capacitação do Empreendedor e de Acesso a Novos Mercados elaborado e com implantação iniciada	Projeto de Capacitação do Empreendedor e de Acesso a Novos Mercados implantado

Desafio - Diversificar a matriz energética capixaba com fontes renováveis			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Fomentar a produção de energias renováveis e aumentar a eficiência energética	Implantação de projetos-modelo de eficiência energética	Projetos de eficiência energética elaborados	Projetos de Eficiência Energética no Palácio Anchieta, na Residência Oficial e em Bairro Piloto implantados e Cidade Piloto em implantação
	Criação de mecanismos de Incentivo às Energias Solar e Eólica	Mecanismo de incentivo às Energias Solar e Eólica criado	1 parque energético implantado e Atlas <u>solarimétrico</u> concluído
	Realização de estudo de Energia derivada de Biomassa	Estudo do potencial do ES em Energia Biomassa realizado	

1.2.4 - Eixo IV: Integração logística

Desafio - Tornar o Estado competitivo nacionalmente e internacionalmente na logística, com diretrizes do PELTES			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Promover o desenvolvimento dos aeroportos regionais	Melhoria das condições dos aeroportos regionais	Projetos de melhorias nos aeroportos em Cachoeiro, Vila Velha, Guarapari e Linhares elaborados	Melhorias nos aeroportos em Cachoeiro, Vila Velha, Guarapari e Linhares realizadas
Promover o Desenvolvimento Portuário	Construção do Terminal de Cruzeiros Marítimo	Projeto do Terminal de Cruzeiros Marítimo contratado	Terminal de Cruzeiros Marítimo implantado

Desafio - Melhorar a integração logística regional			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Ampliar, recuperar e melhorar as condições operacionais da malha rodoviária estadual	Construção do Contorno do Mestre Álvaro	Projeto do Contorno do Mestre Álvaro concluído	Contorno do Mestre Álvaro concluído
	Ampliação e recuperação da malha rodoviária estadual	150 km de estradas estaduais construídas ou recuperadas	450 km de estradas estaduais construídas ou recuperadas
	Criação do Sistema de Segurança e Operação Rodoviária	Modelo do Sistema de Segurança e Operação Rodoviária elaborado	Sistema de Segurança e Operação Rodoviária implantado
Desenvolver a integração logística multimodal do ES	Elaboração do Plano Executivo de Integração Logística Multimodal, a partir das diretrizes do PELTES		Plano Executivo de Integração Logística Multimodal elaborado
	Apoio técnico e financeiro aos municípios para implantar a sinalização viária, promoção de ações visando educação no trânsito e fiscalização para promover a segurança no trânsito	Convênios com os municípios assinados	Sinalização semafórica horizontal e vertical implantada; integração ao Sistema Nacional de Trânsito realizada em 8 municípios

Errata: Eliminado o Projeto/Ação: “Promoção de Ações visando a educação no trânsito e a fiscalização para promover a segurança no trânsito”.

Cont. Eixo: Integração logística

Desafio - Melhorar as condições da mobilidade urbana na Região Metropolitana da Grande Vitória priorizando o transporte coletivo			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Implantar Corredores Exclusivos para Ônibus na RMGV	Implantação dos Corredores Exclusivos para Ônibus na RMGV	Projetos dos Corredores Exclusivos para Ônibus elaborados	Operação dos Corredores Exclusivos para Ônibus iniciada
	Construção/Ampliação dos Terminais de Carapina, Vila Velha e Itacibá		Terminal de Vila Velha ampliado e Terminais de Carapina e Itacibá concluídos
Investir no sistema viário da RMGV	Elaboração de Plano de Mobilidade Metropolitana		Plano de Mobilidade Metropolitana elaborado
	Reestruturação dos acessos norte e sul da Terceira Ponte	Viaduto sobre a Avenida Carioca concluído (Alça da Terceira Ponte)	Acessos norte e sul da Terceira Ponte concluídos
	Conclusão da Rodovia Leste-Oeste	Trecho 1 da Rodovia Leste-Oeste (Terminal Campo Grande - Campo Belo) concluído	Rodovia Leste-Oeste concluída
	Conclusão e aprovação do projeto do Túnel de Ligação Vitória - Vila Velha		Projeto do Túnel Vitória - Vila Velha concluído e aprovado
Desafio - Melhorar as condições da mobilidade urbana na Região Metropolitana da Grande Vitória priorizando o transporte coletivo			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Investir no sistema viário da RMGV	Implantação de acessos ao Estádio Kleber Andrade e Trevo de Alto Lage, com Viaduto sobre BR 262 e estacionamentos		Acessos ao Estádio Kleber Andrade e ao Trevo de Alto Lage, com viaduto sobre BR262 implantados
	Melhoria do acesso/saída de Vitória via Segunda Ponte e 5 Pontes (Portal Sul de Vitória)		Acesso/saída de Vitória via Segunda Ponte e 5 Pontes concluído
	Conclusão do Corredor Metropolitano de Ligação da Terceira Ponte à Avenida Carlos Lindenberg (Via Bigossi)	Licitação da Obra concluída	Corredor Metropolitano de Ligação da Terceira Ponte à Avenida Carlos Lindenberg implantado
	Realização de Estudos de outros corredores/ligações metropolitanos		Estudos da 4ª Ligação/Duplicação da Segunda Ponte realizados

1.2.5 - Eixo V: Desenvolvimento de Infraestrutura Urbana

Desafio - Melhorar as condições da mobilidade urbana			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Estimular a reestruturação de sistemas viários urbanos	Financiamento e apoio à execução de projetos e obras estruturantes nas cidades pólos	3 estudos de mobilidade urbana nas cidades pólos apoiados	3 obras para melhoria da mobilidade urbana nas cidades pólos executadas
Prevenir e reduzir os acidentes de trânsito	Desenvolvimento de ações para a segurança no trânsito	Políticas públicas para a redução da violência e dos acidentes no trânsito elaboradas	
Desafio - Minimizar os efeitos das cheias e da escassez de água e ampliar a oferta para usos múltiplos			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Promover ações integradas para regularizar as vazões dos cursos d'água e melhorar oferta de água para usos múltiplos	Elaboração e implantação de projetos de drenagem urbana e de revitalização de rios e canais		2 projetos de desassoreamento, regularização e urbanização para os rios Formate e Marinho executadas (obras e demais intervenções)
	Execução de obras de infraestrutura hídrica de usos múltiplos e desenvolvimento de ações de conservação e recuperação de bacias hidrográficas	1 Projeto Estadual de Recuperação e Conservação dos Recursos Hídricos nas <u>Microbacias</u> consolidado	28 projetos de infraestrutura hídrica elaborados e 36 obras de infraestrutura hídricas concluídas (barragens coletivas, canais e adutoras)
	Apoio aos municípios na elaboração de projetos de infraestrutura hídrica de usos múltiplos		7 municípios apoiados na elaboração de projetos de infraestrutura hídrica de usos múltiplos

Errata

Acrescentar a Entrega: “**Políticas Públicas Implantadas**” para o período-2012/2014-, no Desafio “ Melhorar as condições de Mobilidade Urbana”, no Projeto/Ação: “**Desenvolvimento de Ações para a Segurança no Trânsito**”.

Cont. Eixo Desenvolvimento de Infraestrutura Urbana

Desafio - Qualificar a implantação e a Gestão da Infraestrutura Urbana			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Desenvolver ações de suporte a implantação e gestão de infraestrutura urbana sustentável	Apoio aos municípios na execução de obras de infraestrutura urbana e projetos de proteção de contenção e encostas	60 intervenções executadas	300 intervenções executadas
Desafio - Reduzir o déficit habitacional			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Incentivar e articular a implantação de programas habitacionais	Apoio aos municípios para implantar infraestrutura básica em loteamentos em áreas de interesse social		10 intervenções de infraestrutura básica executadas
Priorizar o acesso à moradia das famílias que vivem em habitações precárias ou inseridas em áreas de risco	Remanejamento de famílias em áreas de risco ocupadas irregularmente		2.000 famílias em áreas de risco remanejadas
Promover diretamente e em parceria a construção de novas moradias de interesse social	Apoio/Execução aos municípios na implantação de projetos habitacionais	1.500 unidades habitacionais construídas	4.500 unidades habitacionais construídas
Desafio - Universalizar o acesso aos serviços de saneamento básico			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Ampliar a cobertura de coleta e tratamento de esgoto pela CESAN	Ampliação/Implantação de sistemas de coleta e tratamento de esgoto	508 Km de rede coletora de esgoto, 50 elevatórias e 4 estações de tratamento construídas	549 km de rede coletora de esgoto, 120 elevatórias e 14 estações de tratamento construídas
Universalizar o Abastecimento de Água nas áreas de concessão da CESAN	Ampliação de sistemas de abastecimentos de água	88 km de rede adutora e de distribuição e 3 reservatórios construídos e 2 estações de tratamento ampliadas/construídas	393 km de rede adutora e de distribuição e 9 reservatórios construídos e 11 estações de tratamento ampliadas/construídas
Ampliar a cobertura de coleta, o tratamento e a destinação final de Resíduos Sólidos Urbanos	Construção e operação de Sistemas Regionais de Transporte e Destinação Final de Resíduos Sólidos		Sistemas regionais de transporte e destinação de resíduos sólidos construídos em 3 regiões (Doce Oeste, Norte e Sul Serrana) e 60 caminhões compactadores de lixo adquiridos

Desafio - Universalizar o acesso aos serviços de saneamento básico			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Ampliar a oferta de água tratada e de coleta, com tratamento de esgoto sanitário, em localidades de pequeno porte	Apoio à elaboração de projetos e/ou execução de obras em localidades de pequeno porte	10 projetos elaborados e 4 obras executadas	30 projetos elaborados e 30 obras executadas
	Elaboração e implantação de um Projeto Estadual de Saneamento Básico para localidades de pequeno porte	Projeto Estadual de Saneamento Básico para localidades de pequeno porte elaborado	

1.2.6 - Eixo VI: Empregabilidade, Participação e Proteção social

Desafio - Combater a fome e a insegurança alimentar			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Estimular a produção de alimentos, preferencialmente com uso de tecnologias sustentáveis	Ampliação do projeto Estadual de Compra Direta de Alimentos (CDA)	130 agricultores atendidos pelo projeto Estadual de Compra Direta de Alimentos	350 agricultores atendidos pelo projeto Estadual de Compra Direta de Alimentos
	Ampliação da cobertura do projeto Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS)	200 unidades de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável criadas	500 unidades de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável criadas
Promover o acesso regular à alimentação de qualidade	Implantação do Sistema Integrado de Segurança Alimentar (SISAN)	Sistema Integrado de Segurança Alimentar (SISAN) implantado	

Desafio - Promover inclusão social e o bem estar da população capixaba através de atividades culturais			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Ampliar o acesso à prática e à orientação para uma vida saudável	Implantação do "Praça Saudável"	10 Praças Saudáveis iniciadas	78 Praças Saudáveis construídas
	Implantação dos núcleos de referência e orientação a práticas de exercícios físicos	5 núcleos de referência e orientação a práticas de exercícios físicos implantados	73 núcleos de referência e orientação a práticas de exercícios físicos implantados
	Ampliação do incentivo e divulgação do esporte capixaba (Caravana Esportiva e Cultural)	6 Caravanas Esportivas e Culturais realizadas (6.000 participantes)	36 Caravanas Esportivas e Culturais realizadas (36.000 participantes)

Cont. Eixo: Empregabilidade, Participação e Proteção social

Desafio - Promover a inclusão socioprodutiva			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Fomentar a criação de oportunidades de trabalho e renda	Criação da Rede de Inclusão Produtiva com integração ao Programa BOLSA FAMÍLIA	Rede de Inclusão Produtiva criada com oferta de 4.000 vagas	12.000 vagas ofertadas pela Rede de Inclusão Produtiva
	Reestruturação, fortalecimento e ampliação da Rede SINE e regionalização dos serviços	Rede SINE existente reestruturada	4 novos SINE criados
	Implantação dos Centros Públicos do Artesanato e da Economia Solidária	1 Centro Público do Artesanato e da Economia Solidária implantado	2 Centros Públicos do Artesanato e da Economia Solidária implantados
	Elaboração do projeto de Fortalecimento do Cooperativismo	Projeto de Fortalecimento do Cooperativismo elaborado	100.000 pessoas cooperadas
	Fortalecimento da estratégia do Banco Comunitário para atender as famílias de baixa renda, com foco nas unidades dos CRAS, no Bolsa Família, nos Grupos Produtivos da Economia Solidária e nas Comunidades Tradicionais	4 Bancos Comunitários estimulados e 3 Bancos apoiados	15 Bancos Comunitários implantados
Desafio - Promover a inclusão socioprodutiva			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Fomentar a criação de oportunidades de trabalho e renda	Fomento e fortalecimento do projeto Empreendedor Individual	Projeto Empreendedor Individual implantado	60.000 empreendedores individuais formalizados
	Criação do "Carteira de Habilitação (CNH) Social"	1.000 CNH Social concedidas	8.000 CNH Social concedidas
Fortalecer a qualificação do trabalhador	Promoção da qualificação social e profissional	15.000 vagas ofertadas	45.000 vagas ofertadas

Cont. Eixo: Empregabilidade, Participação e Proteção social

Desafio - Reduzir a pobreza e erradicar a extrema pobreza			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Consolidar e fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Fortalecimento da Rede de Proteção Social Básica e Especial	20 CRAS construídos e/ou reformados, equipados e em funcionamento	25 CRAS e 12 CREAS construídos e/ou reformados, equipados e em funcionamento
	Integração do SUS e SUAS, para acompanhamento e fortalecimento familiar	Projeto Agente de Desenvolvimento da Família elaborado e implementado	
Fortalecer os Programas de Transferência de Renda	Aumento da efetividade do <u>CadÚnico</u>		70% do cadastro de famílias com perfil Bolsa Família atualizado
	Regulamentação e fortalecimento do Fundo de Combate à Pobreza	Fundo de Combate à Pobreza regulamentado	

Desafio - Tornar o Estado reconhecidamente um garantidor dos Direitos Humanos			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Estruturar a política estadual de Direitos Humanos	Elaboração do Plano Estadual de Direitos Humanos		Plano Estadual de Direitos Humanos elaborado e implantado

1.2.7 - Eixo VII: Atenção integral à saúde

Desafio - Fortalecer a atenção primária como ordenadora da rede de saúde			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Ampliar o acesso e a qualidade dos serviços de Atenção Primária à Saúde	Elaboração do Novo Plano Diretor de Regionalização e Investimentos (PDRI)	Novo Plano Diretor de Regionalização e Investimentos elaborado	Novo Plano Diretor de Regionalização e Investimentos em implantação
	Construção de unidades de saúde da família	34 unidades de saúde construídas	20 unidades de saúde construídas
	Ampliação da qualificação do profissional médico em urgência e emergência e gestão da clínica	120 profissionais médicos em urgência e emergência e gestão da clínica qualificados	500 profissionais médicos em urgência e emergência e gestão da clínica qualificados
	Implantação do co-financiamento da Atenção Primária à Saúde com Contrato de Resultados	Modelo de <u>co-financiamento</u> da Atenção Primária à Saúde definido	78 municípios contratualizados
Desafio - Fortalecer a atenção primária como ordenadora da rede de saúde			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Ampliar o acesso e a qualidade dos serviços de Atenção Primária à Saúde	Construção de Pronto-Atendimentos	3 PAs construídos	2 PAs construídos
	Implantação de Farmácias Cidades Municipais	10 farmácias cidades municipais implantadas	
Desafio - Ampliar o acesso a atenção secundária			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Consolidar a descentralização da assistência farmacêutica	Implementação da Farmácia Cidadã Estadual	4 farmácias cidades estaduais implementadas	

1.2.8 - Eixo VIII: Prevenção e Redução da Criminalidade

Desafio - Ampliar a capacidade de resposta às demandas da população			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Ampliar, aperfeiçoar e valorizar o capital humano das organizações de segurança pública, justiça e defesa social	Ampliação do quadro funcional das instituições de segurança pública, justiça e defesa social	1.800 profissionais da Segurança Pública, Justiça e Defesa Social contratados	5.700 profissionais da Segurança Pública, Justiça e Defesa Social contratados
	Implantação da Academia Integrada de Polícia	Projeto conceitual da Academia Integrada de Polícia elaborado	Academia Integrada de Polícia implantada
	Ampliação da capacitação dos profissionais de segurança pública, justiça e defesa social	4.255 profissionais capacitados	12.700 profissionais capacitados
Promover a modernização tecnológica e o compartilhamento de informações	Implementação da redes integradas de dados conectando todas as unidades operativas	Rede integrada de dados implantada em todas as unidades operativas da RMGV	Rede integrada de dados implantada em todas as unidades operativas em todo o estado
	Sistema integrado digital de radiocomunicação	Sistema integrado digital de radiocomunicação na RMGV implantado	Sistema integrado digital de radiocomunicação implantado em todo o ES

Desafio - Ampliar a capacidade de resposta às demandas da população			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Readequar a infraestrutura das organizações de segurança pública	Construção, reforma e padronização das Unidades da PMES, CBMES, PCES e SESP	5 unidades da PMES construídas/reformadas, 2 unidade padronizadas do CBMES construídas e 6 unidades da PCES construídas	10 unidades da PMES construídas/reformadas, 4 unidades padronizadas do CBMES construídas e 38 unidades da PCES construídas

Errata

No Desafio **“Reduzir a incidência de crimes letais intencionais”** (homicídios, latrocínios e lesões seguidas de morte), alterar o título das Entregas 2011 para:

“200 alunos treinados pelos Bombeiros do Futuro” e para o período 2012/2014, alterar a redação para: **“600 alunos treinados pelos Bombeiros do Futuro”**

No Projeto/Ação: Ampliação do PROED (Programa educacional de resistência às Drogas), alterar as entregas, para os respectivos períodos:

2011- “36.000 alunos atendidos prioritariamente nas áreas de vulnerabilidade social”

2012/2014 – “ 225.000 alunos atendidos prioritariamente nas áreas de vulnerabilidade social”

Cont. Eixo: Prevenção e Redução da Criminalidade

Desafio - Reduzir a incidência de crimes letais intencionais (homicídios, latrocínios e lesões seguidas de morte)			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Ampliar as ações de prevenção e enfrentamento qualificado	Implementação da integração e compatibilização de áreas de policiamento	Áreas de policiamento da RMGV integradas e compatibilizadas	Áreas de policiamento do interior integradas e compatibilizadas
	Ampliação da presença do Estado em áreas de vulnerabilidade social, prioritariamente nos Territórios de Paz	5 áreas vulneráveis atendidas	25 áreas vulneráveis atendidas
	Fortalecimento do sistema de inteligência de segurança pública e justiça	Bases de dados das agências de inteligência dos órgãos de segurança pública e justiça integradas	Rede de agências e subagências do SISPEIS reaparelhada
	Ampliação do "Patrulha Escolar"	Patrulha Escolar ampliado para 155 escolas estaduais da RMGV	Patrulha Escolar ampliado para 494 escolas municipais da RMGV
	Ampliação do "Bombeiro de Futuro"	200 alunos treinados prioritariamente nas áreas de vulnerabilidade social	600 alunos treinados prioritariamente nas áreas de vulnerabilidade social
	Ampliação do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas)	36.000 alunos atendidos	225.000 alunos atendidos

Planejamento Estratégico

2011-2014

Prevenção e Redução da Criminalidade

Desafio - Reduzir a incidência de crimes letais intencionais (homicídios, latrocínios e lesões seguidas de morte)			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Reduzir a impunidade	Fortalecimento das ações de combate aos desvios de conduta e às organizações criminosas	Efetivo triplicado no Núcleo de Repressão às Organizações Criminosas e à Corrupção e Delegacia Anti-Saqueiro/PCES reequipada	Corregedoria integrada implantada
	Ampliação da resolutividade dos inquéritos policiais		Autonomia e reestruturação do setor de prova pericial e científica concluídas
	Universalização e modernização da delegacia <u>on line</u> e implementação da <u>virtualização</u> dos inquéritos	Sistema de Registro de Boletim de Ocorrência Online ampliado	<u>Virtualização</u> dos inquéritos policiais implementada em todo o ES

Cont. Eixo: Prevenção e Redução da Criminalidade

Desafio - Reduzir a reincidência criminal			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Consolidar condições dignas de encarceramento e internação e ampliar as ações para inclusão social	Estruturação do atendimento psicossocial de presos, egressos e aqueles em cumprimento de medidas alternativas	63 assistentes sociais e 40 psicólogos contratados	8.000 presos atendidos
	Construção regionalizada de unidades visando atender à demanda de vagas do sistema prisional	1.500 vagas entregues	3.400 vagas entregues
	Construção do Centro Integrado de Atendimento Sócio-Educativo (CIASE)	CIASE de Vitória com obras iniciadas	3 CIASEs construídos/reformados
	Consolidação e ampliação dos serviços de qualificação e trabalho nas unidades prisionais	2.000 presos inseridos em programas de laborterapia	8.000 presos inseridos em programas de laborterapia

1.2.9 - Eixo IX: Distribuição dos Frutos do Progresso

Desafio - Ampliar e diversificar a renda rural			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Consolidar e agregar valor nas cadeias produtivas tradicionais	Renovação da Cafeicultura	10 mil ha de café renovados/recuperados	30 mil ha de café renovados/recuperados
	Consolidação e ampliação dos pólos de fruticultura	1 milhão de mudas disponibilizadas	3 milhões de mudas disponibilizadas
Diversificar a renda e fortalecer setores emergentes no meio rural	Fortalecimento da <u>Aquicultura</u> e da Pesca	1 laboratório de produção de pós-larva de camarão de água doce concluído; 6 Entrepósitos de beneficiamento do pescado apoiados	27 unidades de apoio à aquicultura e pesca fortalecidas
	Fortalecimento da Agricultura Orgânica	100 propriedades produtoras de orgânicos certificadas	300 propriedades produtoras de orgânicos certificadas

Cont. Eixo: Distribuição dos Frutos do Progresso

Planejamento Estratégico

2011-2014

Distribuição dos Frutos

Desafio - Fomentar o equilíbrio do desenvolvimento regional

Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Ampliar os incentivos estaduais e municipais diferenciadores e os mecanismos de crédito	Ampliação das contratações de crédito em parceria com <u>Bandes</u> e <u>Banestes</u>	17 mil solicitações de crédito liberadas (15 mil do NOSSOCREDITO e 2 mil para <u>MPEs</u>)	70 mil solicitações de crédito liberadas (60 mil do NOSSOCREDITO e 10 mil para <u>MPEs</u>)
Identificar, atrair e reter investimentos harmonizadores e descentralizadores	Elaboração de uma carteira de projetos harmonizadores e descentralizadores nas 12 microrregiões do ES	2 projetos harmonizadores e descentralizadores identificados por região e áreas/pólos necessários	1 projeto por região em implantação
	Elaboração de Planos de Desenvolvimento Regional	1 Plano de Desenvolvimento Regional elaborado	Planos de Desenvolvimento Regional para todas as regiões elaborados
	Apoio e fortalecimento dos arranjos produtivos locais	20 contratos de competitividade existentes avaliados e controlados	5 novos contratos de competitividade assinados

Desafio - Melhorar e ampliar a Infraestrutura rural

Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Ampliar a infraestrutura rural de uso coletivo	Expansão do "Caminhos do Campo"	90 Km de estradas do Caminhos do Campo concluídos	310 Km de estradas do Caminhos do Campo concluídos
	Melhoria da infraestrutura de comercialização para os arranjos locais	Unidade regional da CEASA São Mateus concluída e em operação	Unidades atacadistas da CEASA e outras estruturas integradas
Melhorar a infraestrutura das propriedades rurais	Energia Produtiva	20 comunidades rurais com reforço de rede atendidas	90 comunidades rurais com reforço de rede atendidas
	Implantação de sistemas de comunicação em distritos e comunidades rurais	25 comunidades/distritos com sistema de comunicação em distritos e comunidades rurais implantado	120 comunidades/distritos com sistema de comunicação em distritos e comunidades rurais implantado
	Expansão do Plano de Habitação Rural	600 unidades habitacionais construídas	3.000 unidades habitacionais construídas

Cont. Eixo: Distribuição dos Frutos do Progresso

Desafio - Melhorar os níveis de qualidade dos produtos de origem animal e vegetal			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Ampliar o monitoramento de resíduos	Ampliação do Sistema de Monitoramento de resíduos de agrotóxicos	Monitoramento e controle do uso de agroquímico em 10 produtos agrícolas estratégicos capixabas implantados	Monitoramento e controle do uso de agroquímico em 15 produtos agrícolas estratégicos capixabas implantados
Construir e adequar as infraestruturas de controle da qualidade dos produtos	Fortalecimento da pecuária	50 tanques de resfriamento de leite disponibilizados, 50 botijões de sêmen adquiridos e 1 abatedouro regional concluído	250 tanques de resfriamento de leite disponibilizados, 100 botijões de sêmen adquiridos, 2 laboratórios para exame de doença animal implantados e 4 abatedouros regionais concluídos

Planejamento Estratégico		Distribuição dos Frutos	
2011-2014			
Desafio - Promover a inclusão social e produtiva no campo			
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas	
		2011	2012-2014
Fortalecer a agricultura familiar	Implantação do <u>Pronaf</u> Mais Capixaba - Infraestrutura	37 projetos de infraestrutura implantados	120 projetos de infraestrutura implantados
	Implantação do <u>Pronaf</u> Mais Capixaba - Crédito	10.000 operações de crédito de investimento liberadas	50.000 operações de crédito de investimento liberadas
	Revitalização de assentamentos rurais	7 assentamentos rurais atendidos	23 assentamentos rurais atendidos
	Ampliação do "Juventude Rural"	360 jovens atendidos pelo Juventude Rural	1.080 jovens atendidos pelo Juventude Rural
	Expansão das atividades de pesquisa, desenvolvimento, extensão rural e assistência técnica	100 projetos de pesquisa e desenvolvimento apoiados e 50 mil agricultores familiares atendidos	130 projetos de pesquisa e desenvolvimento apoiados e 50 mil agricultores familiares atendidos
Promover o acesso e a regularização das terras	Ampliação do crédito fundiário e da regularização fundiária	400 famílias assentadas e 500 títulos de terra emitidos	2.400 Famílias assentadas e 2.500 títulos da terra emitidos

Errata:

No desafio "Melhorar a qualidade dos Produtos de origem animal e vegetal", eliminar o termo "**estratégicos**" na Entrega para 2011, a saber:

"Monitoramento e controle do uso de agroquímicos em 10 produtos agrícolas..."

1.2.10 - Eixo X: Inserção Nacional

Desafio - Promover a inserção nacional do Espírito Santo	
Estratégias	Linhas Propositivas
Ampliar os resultados da atuação política do ES no âmbito nacional	Articulação, junto ao Governo Federal, de investimentos para o Estado
	Ampliação e fortalecimento da participação em instâncias de debates e em instâncias decisórias
	Articulação permanente do Governo Estadual com a bancada federal
	Ampliação das relações com as Representações Federais no Espírito Santo
Aumentar a compreensão dos formuladores de políticas nacionais em relação às demandas do desenvolvimento do ES	Defesa dos interesses capixabas em relação às políticas de compensação aos Estados e municípios por exploração de recursos naturais
	Consolidação da política local de incentivos, incluindo a inserção da área da <u>Sudene</u> capixaba nos novos programas do Governo Federal

Cont. Eixo: Inserção Nacional

Planejamento Estratégico		Inserção Nacional	
2011-2014			
Desafio - Promover a inserção nacional do Espírito Santo			
Estratégias		Linhas Propositivas	
Fortalecer a imagem do ES como modelo de Desenvolvimento Sustentável		Promover o Estado como referência nacional de modelo de Desenvolvimento Sustentável	
		Fortalecer o Espírito Santo como destino turístico	
		Difundir a cultura do Espírito Santo no cenário nacional	
		Tornar o Espírito Santo referência nacional e internacional em modalidades esportivas específicas	
Desafio - Promover a inserção nacional do Espírito Santo			
Estratégias		Linhas Propositivas	
Inserir o Espírito Santo na agenda nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação		Articulação para atração de campi avançados de CT públicos e privados, nacionais e internacionais, para o território capixaba	
Inserir o ES nacional e internacionalmente pela logística		Articulação para a conclusão do Aeroporto de Vitória, melhoria das instalações portuárias, concessão da BR 101 e duplicação da BR 262	
		Articulação para a implantação de ferrovia de integração nacional	

Cabe esclarecer que nem todas as Ações definidas como Prioritárias estarão relacionadas, necessariamente, a um Programa Estruturante, contudo, todas as Ações prioritárias devem constar do PPA, bem como todos os Programas Estruturantes.

Quanto à metodologia de elaboração do PPA não será alterada na sua essência, apenas teremos ajustes para permitir o alinhamento com a estratégia do governo.

2 - Metodologia Da União

Ao final do mês de abril, a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério de Planejamento publicou em seu site, o Manual para elaboração do PPA 2012-2015. As mudanças metodológicas que enuncia são bastante significativas. O PPA passa a ter uma configuração mais Programática e o vínculo com a execução orçamentária acontece tão somente na dimensão operacional.

Em resumo, o PPA passa a conter Programas temáticos, objetivos, que podem ser vários por Programa, metas, regionalização das metas, contextualização, no lugar da justificativa, indicadores, iniciativas, estas últimas, definidas como entregas à sociedade de bens e serviços à sociedade.

A figura a seguir, ajuda na compreensão da nova metodologia.

Figura 1 - Dimensões do PPA 2012–2015.



Fonte: Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Abril 2011.p.11

- **Dimensão Estratégica:** trata da visão de longo prazo da União e tem como base o que denominam de macrodesafios, que são “*diretrizes elaboradas com base no Programa do Governo*” (MPO,2011,p.11)
- **Dimensão Tática:** Trata da exequibilidade do plano. Vincula os Programas temáticos aos objetivos e às iniciativas.
- **Dimensão Operacional:** na expressão do Manual do MPO “relaciona-se com o desempenho da ação governamental no nível da eficiência e é especialmente tratada no Orçamento”.

Com isto o PPA da União passa a tratar do Plano mais na dimensão estratégica e deixa as Ações, portanto, a parte operacional, para os Orçamentos. Na verdade, as

Ações orçamentárias deixam de constar do PPA e as iniciativas são a referências para as Ações.

Considerando que esta metodologia não foi disseminada em tempo hábil para as alterações necessárias no cômputo dos Estados, ajustes poderão ser feitos posteriormente, mas para efeito da elaboração do Próximo PPA será mantida a metodologia vigente com os ajustes ao Planejamento estratégico do governo conforme já mencionado.

3 - PPA 2012-2015- Metodologia de Elaboração

A metodologia vigente está expressa no Decreto 2829 de outubro de 1998 que fixou as normas para a elaboração do PPA do período 2000-2003 e sofreu algumas modificações ao longo dos anos sem, contudo, alterar substancialmente os seus princípios.

Esse decreto deu corpo à metodologia desenvolvida pelo Ministério de Planejamento e Orçamento, na segunda metade da década de 1990, para a implantação na administração pública brasileira, dos princípios da gestão por resultados baseando-se nos modelos desenvolvidos a partir da experiência internacional sobre o tema. A partir deste Decreto ficou fixado que os Programas teriam:

- I- objetivo;
- II - órgão responsável;
- III - valor global;
- IV - prazo de conclusão;
- V - fonte de financiamento;
- VI - indicador que quantifique a situação que o programa tenha por fim modificar;
- VII - metas correspondentes aos bens e serviços necessários para atingir o objetivo;
- VIII - ações não integrantes do Orçamento Geral da União necessárias à consecução do objetivo;
- IX - regionalização das metas por Estado.

Estabeleceu ainda a figura do Gerente de Programa e de um sistema informatizado para elaborar e monitorar as metas estabelecidas no Plano.

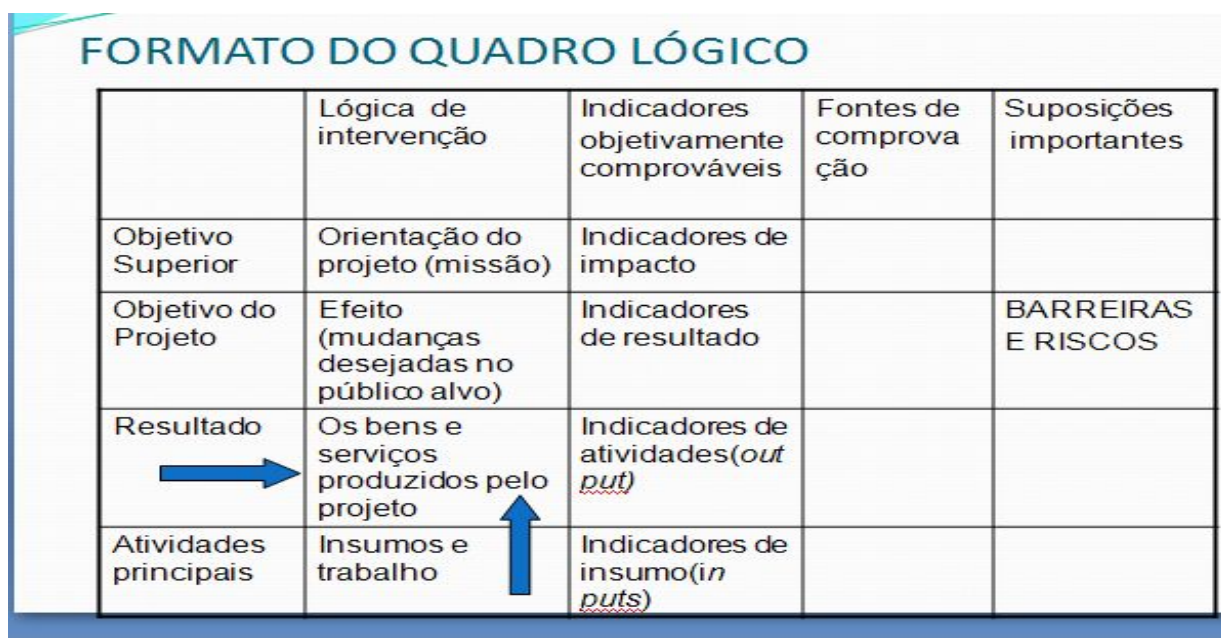
A elaboração dos Programas seguia ainda os princípios metodológicos do Marco lógico, ferramenta desenvolvida pelo Banco Mundial e aperfeiçoada pela Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ), que procurava dar concisão à formulação de políticas públicas através do uso dos princípios lógicos. Segundo este método a elaboração de um projeto deveria responder às seguintes questões:

- Por que o projeto deve ser realizado?
- Qual é o seu propósito e quais as mudanças a serem alcançadas?
- Como se pretende produzir melhorias?
- Quais as condições externas que influenciam o alcance dos resultados e dos seus efeitos?

- Como é possível identificar o alcance das melhorias e mudanças?(PFEIFER,2000,p.83)

A resposta a estas questões deve estar estruturada num quadro lógico, de forma que as respostas guardem uma clara interdependência com a lógica da intervenção proposta.

O diagrama a seguir, procura traduzir melhor este conceito:



Fonte; PFEIFER,Peter,2000,p.92

Partia-se ainda da suposição de que todo projeto de desenvolvimento teria como ponto de partida uma situação problema, que é vista como um estado negativo, e que o objetivo de um projeto, ou programa de desenvolvimento, seria transformar esta situação negativa no estado positivo desejado, isto é, o objetivo do programa deveria expressar as mudanças desejadas pelo público alvo da intervenção.

Ficou bastante conhecido na época, o diagrama a seguir, que estabelece um modelo para formulação de um Programa.



Fonte: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO, 2006, p.38

Embora a metodologia do PPA não siga rigorosamente os princípios do Marco lógico esta é a sua referência conceitual. Assim, todo programa deve ter um objetivo, formulado com concisão, e deve estar voltado para a solução de um problema, atendimento de uma demanda social, ou aproveitamento de uma oportunidade de investimento. Os objetivos devem ser monitorados por indicadores de impacto, ou de resultado, isto é, indicadores que avaliem em que medida o programa atingiu o objetivo formulado para o público alvo definido. As Ações, por sua vez, têm que contribuir para o atendimento do objetivo do Programa o que deve estar expresso na sua finalidade. A finalidade da ação deve ser medida por um produto e uma meta. Outro aspecto importante desta metodologia diz respeito à integração entre planejamento, orçamento e gestão. A idéia é que o planejamento de longo prazo se expresse no médio prazo, por meio do Plano Plurianual, e que as Diretrizes, Programas e metas do PPA guardem estreita relação com o Orçamento anual, ao qual cabe a execução do Plano.

Uma vez que o orçamento anual deve executar o Plano, a atualização do Plano passa a ser imprescindível. Em alguns casos, como no Espírito Santo, a atualização do Plano, na prática, vem sendo feita pelos Orçamentos anuais.

A disseminação no poder público de novas metodologias de gestão, em especial a gestão por projetos, tem ensejado mudanças metodológicas com a realizada pela União, revisando a metodologia estabelecida em 1998.

Como mencionado anteriormente estes ajustes à metodologia da União não serão feitos no contexto deste PPA. Os ajustes realizados tratam tão somente de aproximar a elaboração do PPA ao Planejamento estratégico do governo e sua gestão, tendo como referência o decreto 2654-R do Governo Estadual, transcrito no anexo VI.

Trataremos a seguir, dos aspectos legais e conceituais do Plano.

3.1 - Aspectos Legais

A constituição de 1988, em seu artigo 165 estabelece:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

A lei complementar Nº101, de 4 de maio de 2000 regulamenta o que seriam despesas de caráter continuado, a saber:

Art. 17. *Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.*

Ainda de acordo com esta lei, temos os artigos 15 e 16, que tratam do Plano, como se segue:

Art. 15. *Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.*

Art. 16. *A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:*

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º *Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:*

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º *A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.*

§ 3º *Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.*

§ 4º As normas do caput constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da [Constituição](#)

No plano estadual, o artigo 150 da Constituição do Estado trata da elaboração do Plano Plurianual como se segue:

Art. 150. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual, direta e indireta, para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública estadual, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente; orientará a elaboração da lei orçamentária anual; disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º Os Poderes Executivos Estadual e Municipal publicarão, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, apresentado em valores mensais para todas as suas receitas e despesas.

§ 4º Os planos e programas estaduais, regionais e setoriais, previstos nesta Constituição, serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Assembleia Legislativa.

Regulam a matéria ainda o Decreto 2829 de outubro de 1998(anexo III) e a Portaria SOF N.42 de 14 de abril de 1999(anexoII), que trata da classificação funcional Programática.

Considerando que a constituição estabelece a regionalização das diretrizes, objetivos e metas constantes do PPA, as leis que estabelecem a regionalização para o Planejamento do Estado também têm que ser consideradas e constam dos anexos deste manual.

Regulam os prazos de apresentação, a Lei Complementar Estadual nº 07, de 06.07.90, como se segue:

PROJETO	ENCAMINHAMENTO AO LEGISLATIVO	DEVOLUÇÃO AO EXECUTIVO	VIGÊNCIA
PPA	Até 4 meses antes do encerramento do 1º exercício financeiro de cada mandato (até 31.08)	Até o encerramento do 2º período da sessão legislativa	Até o final do 1º exercício financeiro do mandato governamental subsequente

Acrescente-se a este conjunto de leis a Lei da Transparência, a saber, a lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009, (anexo IV) , que regulamenta o art. 48

da Lei Complementar Nº 101 de 4 de maio de 2000, definindo a forma como será assegurada a transparência do gasto público e o incentivo à participação popular no processo de elaboração dos Planos de governo e das Legislações orçamentárias.

3.2 - Participação Popular no PPA 2012-2015

Como forma de aprimorar os instrumentos legais de planejamento e orçamento da administração pública estadual de forma democrática e transparente, o governo do estado, por meio da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento- SEP, realizará no período de 12 de maio a 10 de junho de 2011, 10(dez) Audiências Públicas, contemplando as 12(doze) microrregiões e os 78(setenta e oito) municípios do Estado, momento em que será apresentado à população o planejamento estratégico do governo para a gestão 2011-2014, e ao mesmo tempo ouvir sua opinião sobre o plano e possíveis intervenções que venham contribuir para o aperfeiçoamento das ações governamentais.

Além da participação presencial e ,*in loco* ,das Audiências Públicas, a população também poderá participar virtualmente através internet em site criado especialmente para essa finalidade.

CALENDÁRIO- AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - PPA 2012-2015 / ORÇAMENTO 2012			
MICRORREGIÕES	CIDADE - SEDE	DATA	HORÁRIO
1ª -Noroeste 1 - Noroeste 2	NOVA VENÉCIA	12/mai	13h
2ª- Pólo Colatina	COLATINA	13/mai	13h
3ª - Litoral Norte - Extremo Norte	SÃO MATEUS	19/mai	13h
4ª - Pólo Linhares	LINHARES	20/mai	13h
5ª - Caparaó	ALEGRE	26/mai	13h
6ª - Pólo Cachoeiro	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	27/mai	13h
7ª - Metrópole Expandida Sul	ANCHIETA	2-jun	13h
8ª - Sudoeste Serrana	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	3-jun	13h
9ª - Central Serrana	SANTA TERESA	9-jun	13h
10ª - Metropolitana	VITÓRIA	10-jun	14h

4 - PPA 2012-2015 - Novos Caminhos

Normas e Conceitos

PROGRAMA: É o instrumento que articula um conjunto de Ações coerentes com o objetivo do Programa, que deve ser formulado para atender a uma demanda social, a uma situação-problema (desafio), a uma oportunidade de investimento, ou à manutenção e apoio das Ações típicas de governo.

A criação de um Programa requer um conjunto de informações, chamadas de atributos, definidas a seguir:

4.1 - Atributos Do Programa

- a) **Denominação** (título): Comunicação ao público, em uma frase síntese, da compreensão direta dos propósitos do Programa. Exemplo: E.S + Igual; Mobilidade Urbana da RMGV.
- b) **Objetivo:** expressa o resultado que se espera alcançar com a implementação do Programa. Deve ser escrito com concisão, evitando a generalidade e deverá ser iniciado sempre com um verbo no infinitivo.
Exemplo: Programa: “Segurança Alimentar”
Objetivo: Garantir à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana.
- c) **Público Alvo:** especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(ais) se destina e que se beneficia(m) com sua execução.
- d) **Órgão responsável:** Órgão responsável pelo gerenciamento do Programa, mesmo quando o Programa for integrado por ações desenvolvidas por mais de um órgão (Programa multissetorial).
Exemplo: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento
- e) **Unidade Orçamentária:** Unidade Administrativa responsável pelo gerenciamento do Programa, mesmo quando o Programa for integrado por Ações desenvolvidas por mais de uma unidade. Ex: Apoio Administrativo
- f) **Diretriz:** Associa o Programa a um dos 10 eixos estratégicos definidos pelo Planejamento Estratégico do Governo.
- g) **Objetivo setorial Associado:** Este campo aplica-se aos órgãos que possuem Planejamento estratégico próprio e deve ser preenchido com a Diretriz setorial do órgão.
- h) **Horizonte temporal:** estabelece o período de vigência do Plano podendo ser contínuo ou temporário.
- i) **Estimativa do Valor do Programa:** Valor estimado do Programa, calculado após a soma da estimativa de valor de cada uma das Ações que o compõem.

j) Justificativa: Trata-se de um diagnóstico com a função de apresentar um conjunto de informações, preferencialmente, informações estatísticas, que revelem a situação que justifica a formulação do Programa. No caso do exemplo “Segurança Alimentar” a justificativa deve apresentar dados sobre o quadro de carência nutricional existente no Estado, tais como, número de famílias abaixo da linha de pobreza e outros.

Exemplo: A carência nutricional está quase sempre relacionada ao percentual de renda recebido pelas famílias, e concentra-se naquelas famílias com renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Embora este percentual tenha declinado no Espírito Santo, de 12% em 2001, para 4% em 2009(IJSN,2009), a carência nutricional continua se fazendo presente neste estrato. Tomando-se por base os dados do Programa Saúde da Família, ainda temos um percentual de X% de crianças com menos de 5 anos abaixo do peso. O programa ‘Segurança Alimentar’ pretende reduzir este percentual para X-1% em 2012.

j) Multissetorial: Indica se o Programa será executado por um ou mais órgãos ou unidades orçamentárias. Caso tenha a execução compartilhada isto deve ser indicado como Programa Multissetorial.

k) Tipo de Programa: os Programas estão classificados em Finalísticos e de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais. Podem ainda ser Estruturantes ou não.

l) Programas Finalísticos: São aqueles dos quais resultam bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade e passíveis de mensuração.

m) Programas de Apoio às Políticas Públicas e áreas Especiais: são programas voltados aos serviços típicos de Estado, ao Planejamento, à formulação de políticas setoriais, à coordenação, à avaliação ou ao controle dos programas finalísticos, resultando em bens ou serviços ofertados ao próprio Estado, podendo ser composto inclusive por despesas de natureza tipicamente administrativas.

n) Classificação: os programas podem ainda ser classificados como estruturantes ou não. São estruturantes aqueles programas definidos como tal, pelo Planejamento estratégico do Governo e possuem as seguintes características:

- Transformam a visão de futuro em resultados concretos para o público alvo;
- Têm efeito multiplicador, isto é, capacidade de gerar outros projetos e atividades;
- Mobilizam e articulam recursos públicos, privados ou em parceria;
- Exigem um gerenciamento estratégico;
- Possuem foco bem definido, objetivo mensurável, ações, metas, prazos, custos, resultados esperados.

Em caso afirmativo inserir o indicador de resultado:

o) Indicador: Instrumento capaz de medir o desempenho do programa. Deve ser passível de aferição e coerente com o objetivo estabelecido.

Exemplo: “Taxa de analfabetismo” (relação percentual entre a população não-alfabetizada e a população adulta).

O indicador também possui atributos.

Atributos do Indicador:

Denominação: Forma pela qual o indicador será apresentado à sociedade.

Unidade de medida: Padrão escolhido para mensuração da relação adotada como indicador. No caso do indicador “taxa de analfabetismo” a unidade de medida é “porcentagem”, para um outro indicador, como por exemplo, “taxa de mortalidade infantil” a unidade de medida será “1/1000” (1 óbito para cada 1000 nascimentos)

Índice de referência: situação mais recente do problema e respectiva data de apuração.

Índices esperados ao longo do PPA: situação que se espera atingir ao longo de cada ano da execução do PPA.

Índice ao final do programa: resultado que se espera alcançar com a conclusão da execução do Programa, no caso de Programas temporários.

Fonte: Órgão responsável pelo registro ou apuração das informações necessárias para a apuração do indicador. **Exemplo:** IBGE, IJSN, Secretaria de Saúde, entre outras fontes, desde que a instituição responsável pela apuração goze de credibilidade.

Periodicidade: Frequência com a qual o indicador é apurado.

Exemplo: anual, mensal, quadrimestral, entre outras.

Base geográfica: Nível de agregação geográfica da apuração do índice. **Por exemplo:** Estadual, municipal, regional, microrregional.

Fórmula de cálculo: Expressão matemática que permite calcular o valor do indicador.

Exemplo: “Incidência do tétano neonatal”. A fórmula de cálculo poderia ser “a relação percentual entre o número de casos novos de tétano neonatal e o total da população menor de um ano de idade”.

Obs: No caso dos Programas estruturantes os indicadores serão aqueles definidos pelo Sistema de Gestão Estratégica do Governo, para estes Programas.

AÇÕES: São operações das quais resultam produtos (bens e serviços) que contribuem para atender ao objetivo de um Programa.

4.2 - Atributos das Ações:

Qualitativos

PPA: 2012/2015

Programa: Informar a qual Programa a Ação está vinculada.

TÍTULO: A forma pela qual a ação será identificada pelo público.

Ex: Distribuição de Medicamentos para o Controle de Doenças Infecto-contagiosas.

Finalidade: Expressa o objetivo a ser alcançado pela ação e a razão pela qual foi desenvolvida.

Ex. “Proporcionar à população acesso aos medicamentos para o tratamento de doenças infecto-contagiosas, visando à recuperação da saúde e à interrupção do ciclo da doença”(MPO,2006).

Tipo de Ação

1-Orçamentária: Ação que demanda recursos orçamentários (do caixa do tesouro ou de outras fontes) e subdivide-se em:

- **Projeto:** “Instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das

quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo”(MPO,2006).

- **Atividade:** “Instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente,das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de Governo”(MPO,2006).

Operação especial: São despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do Governo, tais como transferências, amortização, juros e encargos da dívida contratual e mobiliária; reserva de contingência, cumprimento de sentenças judiciais (precatórios; sentenças contra empresas, débitos vincendos, etc.); contribuição à previdência privada; ações de reservas técnicas (centralização de recursos para atender concursos, provimentos, nomeações, reestruturação de carreiras e etc.).

Não se incluem no PPA as ações (operações especiais) ligadas à função 28 Encargos Especiais, que englobam despesas em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço.

Exemplo de Ações que não se incluem no PPA:

Incentivo ao Setor Privado através do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias- FUNDAP.

DÍVIDAS:

Amortização e Encargos sobre o Refinanciamento da Dívida Pública Interna
Amortização e Encargos sobre o Refinanciamento da Dívida Pública Externa

SENTENÇAS JUDICIÁRIAS:

Pagamento de Sentenças Judiciais

Incluem-se no PPA aquelas operações especiais vinculadas aos programas finalísticos, e aos programas de duração continuada, tais como:

Pagamento de aposentadorias e pensões;

Benefícios previdenciários à Secretaria;

Contribuição Patronal ao Fundo Previdenciário (Autarquias);

Contribuição Previdenciária Complementar

Subsídios (Transcol social);

Ações de Reservas Técnicas (centralização de recursos para atender concursos, provimentos, nomeações, reestruturação de carreiras e etc.)

Ações resultantes de convênios com Municípios.

Não Orçamentárias: Ação que contribui para a consecução do objetivo do programa, mas não demanda recursos orçamentários do Tesouro Estadual, tais como recursos disponíveis do setor privado, no caso das parcerias, contrapartida dos Municípios, financiamentos (concessão de créditos).

Ex. Crédito ao Micro-empendedor de baixa-renda.

Origem de Criação: identifica a origem da iniciativa de criação da Ação, se Projeto de lei do executivo, se emenda parlamentar, ou se projeto de lei de crédito especial.

Esfera Orçamentária:

Orçamento Fiscal: Referente aos poderes do estado, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

Orçamento de Seguridade Social: Referente a toda aplicação de recursos do tesouro e de outras fontes, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Direta e Indireta, nas áreas de saúde, previdência e assistência social, bem como os seus fundos legalmente constituídos.

Orçamento de Investimento: Referente a toda aplicação de recursos do tesouro e de outras fontes em investimentos das Empresas públicas e Sociedades de Economia mista em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

FUNÇÃO: Representa o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. A função está relacionada com a missão institucional do órgão, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, e guarda relação com as respectivos Unidades Orçamentárias.

SUB-FUNÇÃO: Representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar cada área da atuação governamental, por intermédio da agregação de determinado subconjunto de despesas e identificação da natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções. As subfunções podem ser combinadas com funções diferentes daquelas às quais estão relacionadas na Portaria nº42, de 1999. As ações devem estar sempre conectadas às subfunções que representam sua área específica. Assim, a programação de um órgão, via de regra, é classificada em uma única função, ao passo que a subfunção é escolhida de acordo com a especificidade de cada ação governamental.

Forma de Implementação: Indica a forma de execução da ação, de acordo com o responsável pela implementação e pode ter as seguintes formas:

Direta: Ação executada diretamente ou sob contratação da unidade responsável por sua execução, sem que ocorra transferência de recursos para outro ente.

Ex: Inspeção e Fiscalização Industrial e Sanitária de Produtos de Origem vegetal.

Descentralizada: Atividades ou projetos, na área de competência do Estado, executados por outro ente da federação (Município) com recursos repassados pelo Estado.

Exemplo: Transporte do Escolar
Alimentação e Nutrição dos Escolares

Linha de Crédito: Ação realizada mediante empréstimo de recursos aos beneficiários da ação. Enquadram-se nesta classificação os casos de empréstimos concedidos por estabelecimento oficial aos Municípios e ao Setor Privado Exemplo: Microcrédito para Iniciativas Geradoras de Renda

PRODUTO: Bem ou serviço demandado pela sociedade e ofertado pelo Governo. É semelhante ao conceito de Entrega com o qual trabalha a gestão estratégica de projetos. Representa o resultado esperado pela sociedade da Ação realizada pelo poder público.

UNIDADE DE MEDIDA: significa o padrão escolhido para mensurar o produto ou serviço a ser ofertado. Quando a quantidade do bem ou serviço produzido resultar em números muito extensos, recomenda-se utilizar múltiplo ou padrões de nível mais alto, como por exemplo: Km no lugar de m, 1000litros no lugar de litros, 1000 toneladas no lugar de toneladas. Recomenda-se também não utilizar padrões que resultem em metas fracionadas.

META FÍSICA: Expressa a quantidade do Produto a ser ofertado e deve ser regionalizado, sempre que possível.

Exemplo:

Produto	Unidade de medida
Servidor treinado	Unidade
Sistema implantado	% da execução física
Estrada Construída	Km

Descrição da meta: expressa as características do produto a ser entregue.

Exemplo: Produto: Plano elaborado

Descrição: A desertificação é um processo que põe sob risco boa parte do território estadual. Combatê-la exige um conjunto de ações Coordenadas e atores mobilizados o que exige um plano específico para que tenha eficácia o seu combate.

PRIORITÁRIA: sim () não ().

Serão prioritários todos os Projetos e Atividades definidos como tal no Seminário de Planejamento Estratégico do Governo.

Em caso afirmativo registrar as seguintes informações:

Desafio: Uma diretriz de governo formulada para atender a uma situação problema que exige a ação governamental para sua solução. Exemplo: Melhorar a eficiência e a eficácia das ações de governo

Estratégia: O caminho escolhido para enfrentar os desafios propostos. Exemplo: Ampliar o uso da tecnologia da informação e dos Sistemas Corporativos

Associadas Entregas: Bens e serviços ofertados ao público como resultado das Ações estratégicas do governo.

OBS: Como as Ações possuem apenas um produto e meta, podem ocorrer situações em que teremos mais de uma Ação associada a uma entrega.

Exemplo: Projeto/Ação: "Ampliação/Implantação de sistemas de coleta e tratamento de esgoto".

Entregas Associadas: 549Km de rede coletora de esgoto, 120 elevatórias e 14 estações de tratamento construídas.

Neste caso esta entrega deverá ser desdobrada, em no mínimo, duas Ações, a saber:

- 1) Ampliação da rede coletora de esgoto.
- 2) Implantação de sistemas de tratamento de esgoto.

4.2.1 - Atributos Quantitativos das Ações

Meta física: Considerando o imperativo legal da regionalização das metas constantes no PPA, estas deverão ser regionalizadas por Microrregião, com base na

divisão regional de Planejamento do Estado, Leis N.5120 de 30/11/95, N°5.849 de 17/05/99 e N°7.721 de 14/01/04, conforme mapas em apenso. Assim, caso a regionalização de seu Órgão de atuação seja distinta da divisão legal, faz-se necessário computar o Município onde os bens ou serviços serão implantados para, a partir destes, associá-los às Microrregiões de Planejamento.

O exemplo a seguir é esclarecedor:

O Produto é "Núcleo Implantado", e a unidade de medida é Unidade.

Previsão no Exercício: Início: 02/01/2010 Fim: 31/12/2010						
Data de Cadastramento: 08/08/2007						
Identificador da quantidade: Acumulativo						
Valores em R\$1,00						
Região		Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Período 2011
00	Qtde	0	0	0	0	0
	Valor	0	0	0	0	0
01	Qtde	3	3	3	0	3
	Valor	70.000	70.680	72.113	0	74.365
02	Qtde	1	1	1	0	1
	Valor	10.000	11.000	12.000	0	13.000
03	Qtde	0	0	0	0	0
	Valor	0	0	0	0	0
04	Qtde	0	0	0	0	0
	Valor	0	0	0	0	0
05	Qtde	1	1	1	0	1
	Valor	10.000	11.000	12.000	0	13.000
06	Qtde	1	1	1	0	1
	Valor	10.000	11.000	12.000	0	13.000
07	Qtde	0	0	0	0	0
	Valor	0	0	0	0	0
08	Qtde	1	1	1	0	1
	Valor	10.000	11.000	12.000	0	13.000

Quanto ao identificador de quantidade, para este PPA, serão apenas dois: somatório e cumulativo.

O identificador cumulativo existe para evitar a dupla contagem do dado físico. Se considerarmos o caso do produto "Aluno atendido", e alunos que vão participar de mais de um atendimento, ao se marcar o identificador cumulativo, o sistema apontará na coluna de totais, sempre o maior valor, como no caso a seguir:

Ano: 2010						
Programa: 0260 - JUVENTUDE, INCLUSÃO E DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO						
Ação: 2661 - ATENDIMENTO A ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS						
Meta: 0001						
Título: ALUNO ATENDIDO						
Descrição: ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS CLASSES COMUNS DA REDE REGULAR DE ENSINO BEM COMO EM AMBIENTES EXTRA ESCOLARES (CLASSES HOSPITALARES, SALA DE RECURSOS, ATENDIMENTO ITINERANTE, DOMICILIAR, CAP, NAAH, CAS E ESCOLAS ORAL E AUDITIVA)						
Unidade de Medida: UN - UNIDADE						
Previsão no Exercício: Início: 02/01/2010 Fim: 31/12/2010						
Data de Cadastramento: 09/08/2007						
Identificador da quantidade: Acumulativo						
Valores em R\$1,00						
Região		Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Período 2011
00	Qtde	2.000	3.000	3.900	0	5.070
	Valor	551.000	577.040	605.340	0	636.097
01	Qtde	0	0	0	0	0
	Valor	0	0	0	0	0

Quando não houver acumulação do dado físico (ser contado mais de uma vez), o indicador de quantidade “somatório” será utilizado.
Além da quantificação física, há a quantificação financeira das metas.

4.3 - Critérios Para a Quantificação Financeira das Metas

As estimativas de custos das Ações serão desdobradas por fonte de recursos e distribuídas para cada um dos anos de vigência do PPA.

O critério para regionalização dos dados financeiros corresponde ao custo de atendimento das metas físicas para cada microrregião.

Fontes de Recursos:

Os recursos, segundo as fontes, no caso do PPA, estão desdobrados em:

Recursos Orçamentários Caixa do Tesouro: Constituem-se do somatório das receitas arrecadadas pela administração direta, excluídas as destinações constitucionais e legais, as provenientes de impostos estaduais e taxas, receitas de contribuições, patrimonial, agropecuária, da indústria, de serviços e de outras receitas correntes e de capital, inclusive a cota-parte do FUNDEB e a receita de ações e serviços de saúde, as transferências federais recebidas do FPE, do IPI, dos recursos minerais, hídricos e de *royalties* do petróleo, transferências do IRRF, da Lei Kandir Nº 87/96 e de outras transferências federais não vinculadas.

Recursos Orçamentários Vinculados do Tesouro: São receitas com destinação específica estabelecida em dispositivos legais tais como: receitas de transferências constitucionais e legais para os municípios e o FUNDEB, as transferências do salário educação, programa dinheiro direto na escola, programa nacional de alimentação escolar, programa nacional de apoio ao transporte escolar, as contribuições da CIDE, convênios e doações, as receitas provenientes de operações de crédito, a transferência para financiamento do FUNDAP, e outras receitas vinculadas.

Recursos Orçamentários Outros: São os recursos de convênio com órgãos federais, não federais e transferências de instituições privadas.

Recursos Orçamentários Arrecadados: É somatório das receitas arrecadadas pelas próprias entidades Autárquicas, Fundos, Fundações e Empresas Estatais Dependentes

Recursos Não Orçamentários: Recursos que financiam Ações do Plano Plurianual e não são expressos no Orçamento Anual.

As fontes de recursos do PPA possuem a seguinte correspondência com as Fontes orçamentárias:

PPA- Fontes de Recursos

Código	Fonte	Intervalo
0100	Rec. Orçamentários Caixa	01 a 29
0112	Rec. Orçamentário Vinculado	31 a 69
0270	Rec. Orçamentários - Arrecadado	71
280	Rec. Orçamentários- Outros	72 a 79
N/O	Não Orçamentários	

A partir deste PPA, as Ações serão classificadas ainda por categoria econômica, isto é, se a despesa é corrente ou de capital.

4.4 - Classificação da Despesa

Despesas Correntes: “classificam-se nessa categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital”(Ministério da Fazenda,SOF,2011,p.63).

Despesas de capital: “classificam-se nessa categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital”(Ministério da Fazenda,SOF,2011,p.64).

4.5 - Ações Padronizadas

Algumas Ações são comuns a todas as unidades orçamentárias, e, a exemplo do que acontece no PPA em vigor, denominamo-las de Ações padronizadas. Elas deverão ter a mesma finalidade, produto, unidade de medida e meta.

- Realização de Concurso público

Finalidade: realizar processo seletivo para provimento de cargos públicos do quadro de pessoal da instituição.

Produto: concurso realizado

Unidade de medida: unidade

Observação: Precisa ser autorizado pela SEGER.

- Capacitação e Treinamento de Recursos Humanos

Finalidade: Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Instituição, por meio da formação e melhoria contínua de seus servidores.

Produto: servidor capacitado/treinado

Unidade de medida: pessoa.

- Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remuneração no âmbito do Poder.....

Finalidade: assegurar recursos necessários à cobertura de gastos com reestruturação de cargos e carreiras e revisão da remuneração de competência da instituição.

Produto: recurso assegurado/transferido.

Unidade de Medida: percentual.

- Pagamento de Pessoal decorrente de provimento por meio de Concurso Público no âmbito do poder.

Finalidade: assegurar recursos necessários à cobertura de gastos com o provimento de cargos públicos por novos servidores aprovados em concurso público.

Produto: recurso assegurado/transferido.

Unidade de medida: percentual.

- Administração da Unidade.

Finalidade: prover os meios administrativos para a gestão dos programas e ações da instituição e para o funcionamento da unidade.

Produto: unidade mantida.

Unidade de medida: unidade

- Remuneração do Pessoal Ativo:

Finalidade: remuneração do pessoal ativo da instituição.

Produto: pessoal remunerado

Unidade de medida: pessoa

- Contribuição Patronal ao Fundo Previdenciário.

Finalidade: Cumprir com obrigações estabelecidas no inciso III, artigo 40, da Lei Complementar nº 282, de 22.04.2004.

Produto: Contribuição efetivada.

Unidade de medida: percentual

Observação: Utilizada no Programa de Apoio Administrativo.

- Contribuição Previdenciária Complementar

Finalidade: Cumprir com obrigações estabelecidas no artigo 40, da Lei Complementar nº 282, de 22.04.2004.

Produto: Contribuição efetivada.

Unidade de medida: percentual

Observação: Utilizada no Programa de Apoio Administrativo.

- Benefícios Previdenciários do(a) instituição tal.

Finalidade: pagar benefícios previdenciários do regime próprio da Previdência Social aos segurados originários da instituição tal.

Produto: benefício pago.

Unidade de medida: unidade

Observação: Utilizada no Programa de Benefícios previdenciários aos segurados do regime próprio da Previdência Social.

- Complementação de Aposentadorias e Pensões

Finalidade: pagar complementação de aposentadorias e pensões de servidores inativos não vinculados ao regime próprio da previdência social.

Produto: servidor beneficiado.

Unidade de medida: pessoa

Observação: Utilizada no Programa de Complementação de Aposentadorias e Pensões.

Aquisição, Construção, Ampliação e Reforma de Imóveis.

Finalidade: garantir imóveis e infraestrutura adequados ao funcionamento da Instituição.

Produto: imóvel adquirido/construído/ampliado e reformado.

Unidade de medida: unidade.

- Divulgação Institucional.

Finalidade: divulgar as Ações de governo, como forma de proporcionar maior transparência à população.

Produto: ação veiculada.

Unidade de Medida: unidade.

- Campanhas Educativas.

Finalidade: Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população, ou segmento dela, para adotar comportamento que lhe traga benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.

Produto: campanha realizada

Unidade de Medida: Unidade.

- Aquisição e Renovação da Frota

Finalidade: adquirir e renovar frota de veículos para a Instituição

Produto: Veículo adquirido

Unidade de medida: unidade

5 - Conclusão

Esperamos que o presente manual auxilie na formulação dos Programas e Ações de Governo para o período 2012-2015, colaborando com o esforço de cada órgão para que tenhamos Programas e Ações bem formulados e consentâneos com o Planejamento Estratégico do Governo para o próximo quadriênio.

6 - Bibliografia

1-BRASIL.Ministério do Planejamento. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Manual de Elaboração – Plano Plurianual 2008-2011**. Brasília, DF., 2007.

2----- **Orientações para Elaboração do Plano Plurianual 2012-2015**. Disponível em [HTTP://www.planejamento.gov.br](http://www.planejamento.gov.br), consultado em 18 de abril de 2011.

3-BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários-**. 3ª ed. Brasília, DF, 2010.

4-BRASIL.Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000. **Diário Oficial[da] República Federativa do Brasil**,Brasília,D.F. Disponível em:< [HTTP://www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br).acesso em 15 de Abril de 2011.

5 ----- Decreto-lei Nº 2829, de 29 de outubro de 1998. **Diário Oficial[da] República Federativa do Brasil**,Brasília,29 de outubro de 1998.

6.-----Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.**Portaria Nº42**.Brasília,DF.Diário Oficial da União de 15 de abril de 1999.

7- BOSSOIS,Irene Léia. **A Reforma do Estado e os Sistemas de Gestão Orçamentária: o caso do Governo do Espírito Santo**. Monografia(pós-Graduação),Centro Universitário de Vila Velha-Unidade Vitória.Vitória,2010.

8- PFEIFFER,Peter. **O Quadro Lógico: um método para planejar e gerenciar mudanças**. Revista do Serviço Público.ano 51,Número 1 –jan-mar 2000.

Anexo I

Formulário de Atributos

PPA 2012-2015			
1.Programa:			
2.Objetivo:			
3.Público alvo:			
4.Órgão responsável:			
5.Unidade Orçamentária:			
6.Diretriz:			
7.Objetivo Setorial Associado:			
8.Horizonte Temporal () Contínuo Temporário()			
9.Estimativa do Valor do Programa:			
10.Justificativa:			
11.Tipologia de Programas:			
11.1.Multissetorial: sim() não()			
11.2.Finalístico: () Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais()			
12. Estruturante sim () não ()			
12.1.Em caso afirmativo:			
13-Indicador:			
13.1- Denominação:			
13.2- Unidade de Medida:			
13.3- Índice de Referência:		apurado em:-----/-----/-----	
13.4- Índices esperados ao longo do PPA:			
2012:	2013:	2014:	2015:
13.5- Índice ao final do programa:			
13.6- Fonte:			
13.7-Base Geográfica:			
() Municipal () Estadual Regional() Nacional ()			
Periodicidade: anual() mensal() semestral() trimestral ()			
13.8- Fórmula de cálculo:			

AÇÃO				
Atributos				
Programa: Código e denominação				
1. Título da Ação:				
2. Órgão Orçamentário:				
3. Unidade Orçamentária:				
4. Finalidade:				
5. Tipo:				
Atividade () Projeto () Operação especial				
6. Origem da Criação:				
7. Esfera Orçamentária:				
Fiscal () Seguridade social () Investimento ()				
8- Função: Subfunção:				
9- Forma de Implementação:				
Direta () Descentralizada () Linha de Crédito ()				
10- Produto:				
10.1- Unidade de medida:				
10.2- Meta Física (regionalizada):				
10.3- Descrição da meta:				
10.4- Prioritária: sim () Não ()				
Em caso Afirmativo:				
Desafios:				
Estratégias:				
Entregas Associadas:				
11-Fonte de Recursos				
100-	112 :	270:	280:	N/O:
Classificação da Despesa:				
Desp. Corrente:		Despesa de capital:		

Anexo II

ANEXO à Portaria N.º 42, de 14 de Abril de 1999, do MOG-DOU de 15-04-1999

FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES DE GOVERNO

FUNÇÕES	SUBFUNÇÕES
01 - Legislativa	031 - Ação Legislativa 032 - Controle Externo
02 - Judiciária	061 - Ação Judiciária 062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário
03 - Essencial à Justiça	091 - Defesa da Ordem Jurídica 092 - Representação Judicial e Extrajudicial
04 - Administração	121 - Planejamento e Orçamento 122 - Administração Geral 123 - Administração Financeira 124 - Controle Interno 125 - Normatização e Fiscalização 126 - Tecnologia da Informatização 127 - Ordenamento Territorial 128 - Formação de Recursos Humanos 129 - Administração de Receitas 130 - Administração de Concessões 131 - Comunicação Social
05 - Defesa Nacional	151 - Defesa Área 152 - Defesa Naval 153 - Defesa Terrestre
06 - Segurança Pública	181 - Policiamento 182 - Defesa Civil 183 - Informação e Inteligência
07 - Relações Exteriores	211 - Relações Diplomáticas 212 - Cooperação Internacional
08 - Assistência Social	241 - Assistência ao Idoso 242 - Assistência ao Portador de Deficiência 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente 244 - Assistência Comunitária
09 - Previdência Social	271 - Previdência Básica 272 - Previdência do Regime Estatutário 273 - Previdência Complementar 274 - Previdência Especial
10 - Saúde	301 - Atenção Básica 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial 303 - Suporte Profilático e Terapêutico 304 - Vigilância Sanitária 305 - Vigilância Epidemiológica 306 - Alimentação e Nutrição

11 - Trabalho	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador 332 - Relação de Trabalho 333 - Empregabilidade 334 - Fomento ao Trabalho
12 - Educação	361 - Ensino Fundamental 362 - Ensino Médio 363 - Ensino Profissional 364 - Ensino Superior 365 - Educação Infantil 366 - Educação de Jovens e Adultos 367 - Educação Especial
13 - Cultura	391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico 392 - Difusão Cultural
14 - Direitos da Cidadania	421 - Custódia e Reintegração Social 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos 423 - Assistência aos Povos Indígenas
15 - Urbanismo	451 - Infra-Estrutura Urbana 452 - Serviços Urbanos 453 - Transportes Coletivos Urbanos
16 - Habitação	481 - Habitação Rural 482 - Habitação Urbana
17 - Saneamento	511 - Saneamento Básico Rural 512 - Saneamento Básico Urbano

18 - Gestão Ambiental	541 - Preservação e Conservação Ambiental 542 - Controle Ambiental 543 - Recuperação de Áreas Degradadas 544 - Recursos Hídricos 545 - Meteorologia
19 - Ciência e Tecnologia	571 - Desenvolvimento Científico 572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia 573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico
20 - Agricultura	601 - Promoção da Produção Vegetal 602 - Promoção da Produção Animal 603 - Defesa Sanitária Vegetal 604 - Defesa Sanitária Animal 605 - Abastecimento 606 - Extensão Rural 607 - Irrigação
21 - Organização Agrária	631 - Reforma Agrária 632 - Colonização
22 - Indústria	661 - Promoção Industrial 662 - Produção Industrial 663 - Mineração 664 - Propriedade Industrial 665 - Normalização e Qualidade
23 - Comércio e Serviços	691 - Promoção Comercial 692 - Comercialização 693 - Comércio Exterior 694 - Serviços Financeiros 695 - Turismo
24 - Comunicações	721 - Comunicações Postais 722 - Telecomunicações
25 - Energia	751 - Conservação de Energia 752 - Energia Elétrica 753 - Petróleo 754 - Álcool

<i>26 – Transporte</i>	<i>781 – Transporte Aéreo</i> <i>782- Transporte Rodoviário</i> <i>783- Transporte Ferroviário</i> <i>784- Transporte Hidroviário</i> <i>785 – Transportes Especiais</i>
<i>27 – Desporto e lazer</i>	<i>811- Desporto de Rendimento</i> <i>812 - Desporto Comunitário</i> <i>813- Lazer</i>
<i>28- Encargos Especiais</i>	<i>841- Refinanciamento da Dívida Interna</i> <i>842- Refinanciamento da Dívida Externa</i> <i>843 –Serviço da Dívida Interna</i> <i>844 –Serviço da Dívida Externa</i> <i>845 –Transferências</i> <i>846 –Outros Encargos Especiais</i>

Anexo III

DECRETO Nº 2.829, DE 29 DE OUTUBRO DE 1998

Estabelece normas para a elaboração e execução do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Para elaboração e execução do Plano Plurianual 2000-2003 e dos Orçamentos da União, a partir do exercício financeiro do ano 2000, toda ação finalística do Governo Federal deverá ser estruturada em Programas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano.

Parágrafo único. Entende-se por ação finalística aquela que proporciona bem ou serviço para atendimento direto a demandas da sociedade.

Art. 2º Cada Programa deverá conter:

- I - objetivo;
- II - órgão responsável;
- III - valor global;
- IV - prazo de conclusão;
- V - fonte de financiamento;
- VI - indicador que quantifique a situação que o programa tenha por fim modificar;
- VII - metas correspondentes aos bens e serviços necessários para atingir o objetivo;
- VIII - ações não integrantes do Orçamento Geral da União necessárias à consecução do objetivo;
- IX - regionalização das metas por Estado.

§ 3º A classificação funcional-programática deverá ser aperfeiçoada de modo a estimular a adoção, em todas as esferas de governo, do uso do gerenciamento por Programas.

Parágrafo único. Os Programas serão estabelecidos em atos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, respeitados os conceitos definidos no âmbito federal, em portaria do Ministério do Planejamento e Orçamento, a ser publicada até 30 de novembro de 1998.

Art. 4º Será adotado, em cada Programa, modelo de gerenciamento que compreenda:

- I - definição da unidade responsável pelo gerenciamento, mesmo quando o Programa integrado por projetos ou atividades desenvolvidas por mais de um órgão ou unidade administrativa;
- II - controle de prazos e custos;
- III - sistema informatizado de apoio ao gerenciamento, respeitados os conceitos a serem definidos em portaria do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Parágrafo único. A designação de profissional capacitado para atuar como gerente do programa será feita pelo Ministro de Estado, ou pelo titular de órgão vinculado à Presidência da República, a que estiver vinculado a unidade responsável do Programa.

Art. 5º Será realizada avaliação anual da consecução dos objetivos estratégicos do Governo Federal e do resultado dos Programas, para subsidiar a elaboração da lei de diretrizes orçamentárias de cada exercício.

Art. 6º A avaliação física e financeira dos Programas e dos projetos e atividades que os constituem é inerente às responsabilidades da unidade responsável e tem por finalidade:

- I - aferir o seu resultado, tendo como referência os objetivos e as metas fixadas;
- II - subsidiar o processo de alocação de recursos públicos, a política de gastos públicos e a coordenação das ações de governo;
- III - evitar a dispersão e o desperdício de recursos públicos.

Art. 7º Para fins de gestão da qualidade, as unidades responsáveis pela execução dos Programas manterão, quando couber, sistema de avaliação do grau de satisfação da sociedade quanto aos bens e serviços ofertados pelo Poder Público.

Art. 8º Os Programas serão formulados de modo a promover, sempre que possível, a descentralização, a integração com Estados e Municípios e a formação de parcerias com o setor privado.

Art. 9º Para orientar a formulação e a seleção dos Programas que deverão integrar o Plano Plurianual e estimular a busca de parcerias e fontes alternativas de recursos, serão estabelecidos previamente, para o período do Plano:

I - os objetivos estratégicos;

II - previsão de recursos.

Art. 10. As leis de diretrizes orçamentárias conterão, para o exercício a que se referem e dentre os Programas do Plano Plurianual, as prioridades que deverão ser contempladas na lei orçamentária anual correspondente.

Art. 11. A alteração da programação orçamentária e do fluxo financeiro de cada Programa ficará condicionada à informação prévia pelos respectivos gerentes, por meio de sistema informatizado, do grau de alcance das metas fixadas.

Art. 12. O Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento deverá instituir um comitê gestor para orientar o processo de elaboração do Plano Plurianual para o período 2000-2003.

Parágrafo único. A elaboração do Plano Plurianual 2000-2003 será precedida de um inventário das ações do Governo Federal em andamento, bem como do cadastramento de todas as atividades e projetos.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de outubro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Paiva

D.O.U. 30/10/98

Anexo IV

LEI COMPLEMENTAR Nº 131, DE 27 DE MAIO DE 2009

Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 48.

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.” (NR)

Art. 2º A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 48-A, 73-A, 73-B e 73-C:

“Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.”

“Art. 73-A. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas nesta Lei Complementar.”

“Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

“[Art. 73-C.](#) O não atendimento, até o encerramento dos prazos previstos no art. 73-B, das determinações contidas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e no art. 48-A sujeita o ente à sanção prevista no inciso I do § 3º do art. 23.”

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de maio de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Tarso Genro
Guido Mantega
Paulo Bernardo Silva
Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho

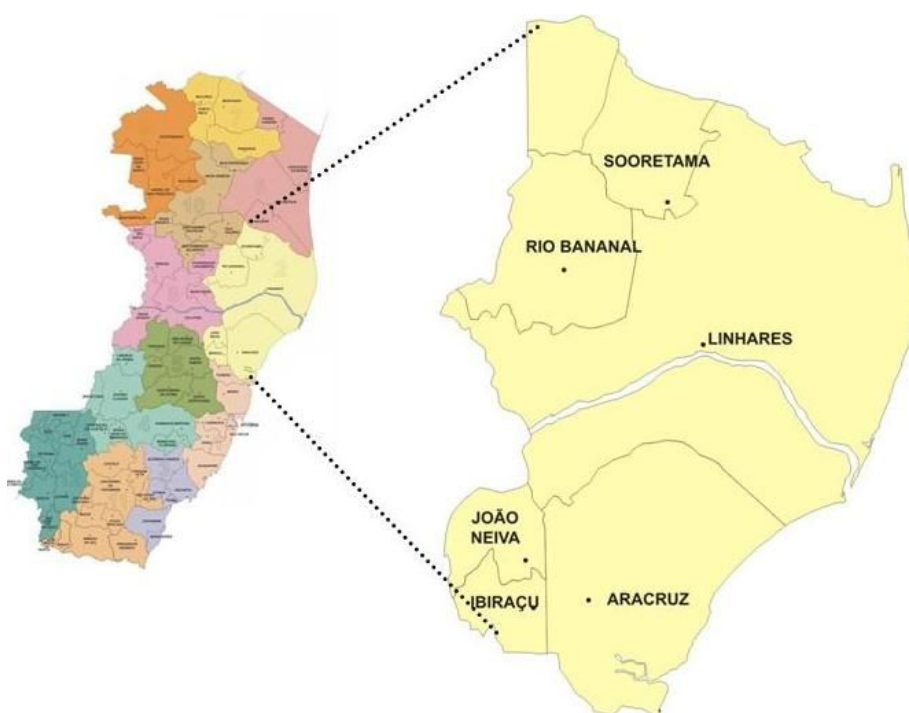
Este texto não substitui o publicado no DOU de 28.5.2009

ANEXO V

MICRORREGIÕES ADMINISTRATIVAS DE GESTÃO 1 - Microrregião Metropolitana



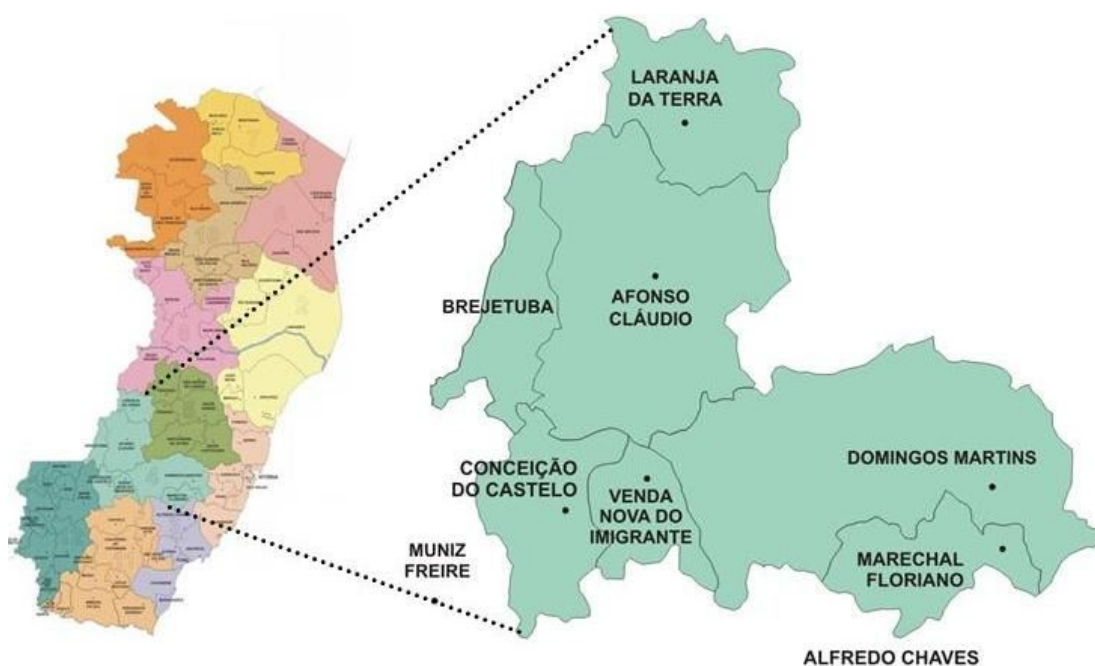
2- Microrregião Pólo Linhares



3- Microrregião Metrópole Expandida Sul



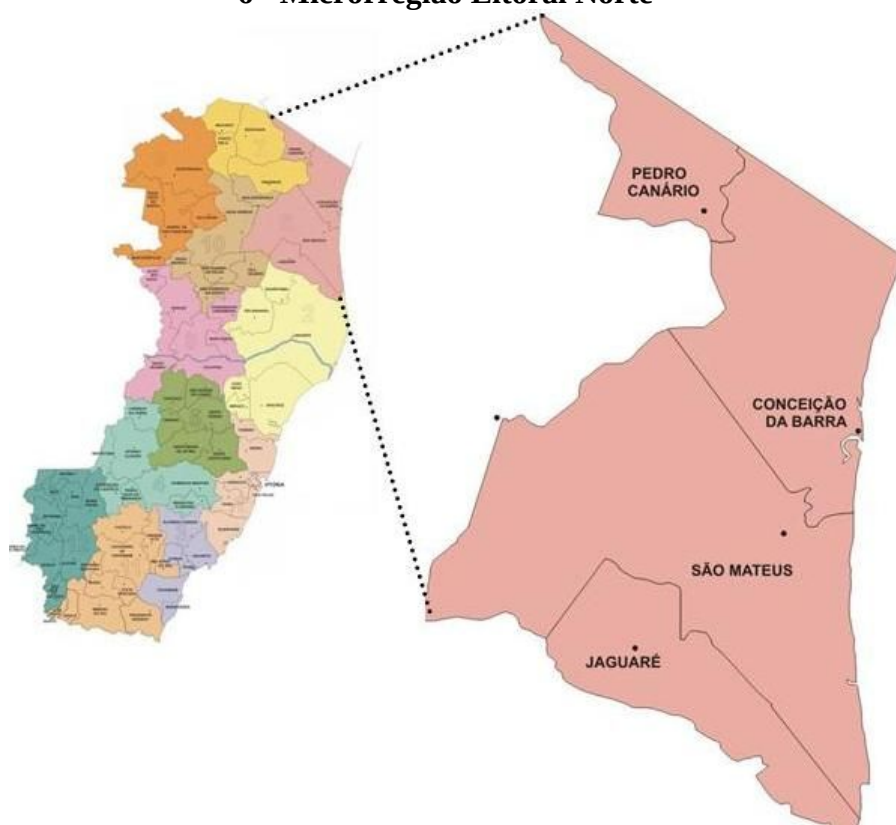
4- Microrregião Sudoeste Serrana



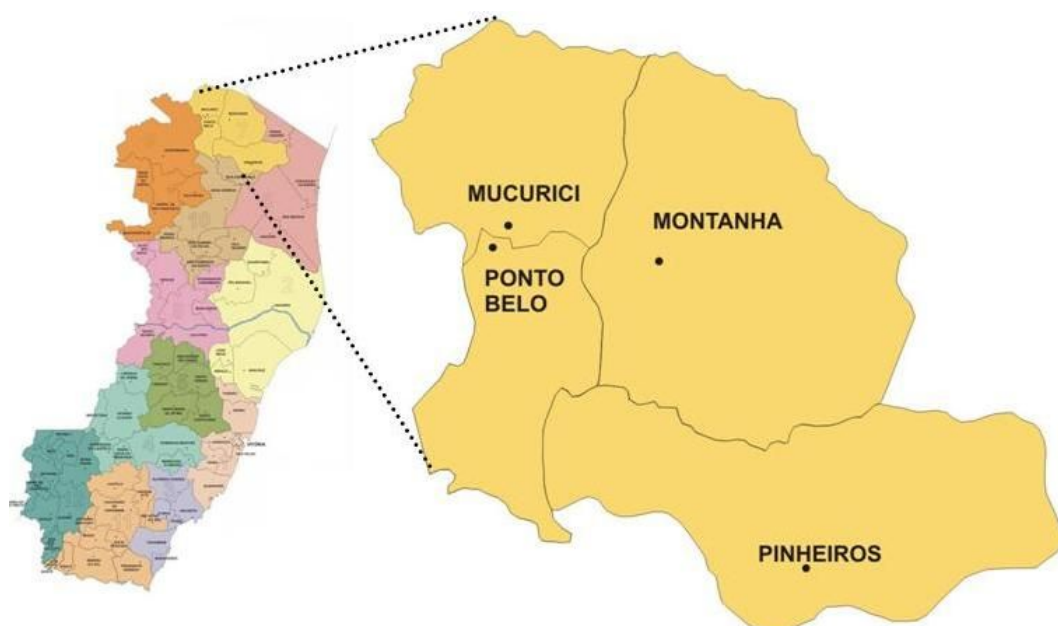
5- Microrregião Central Serrana



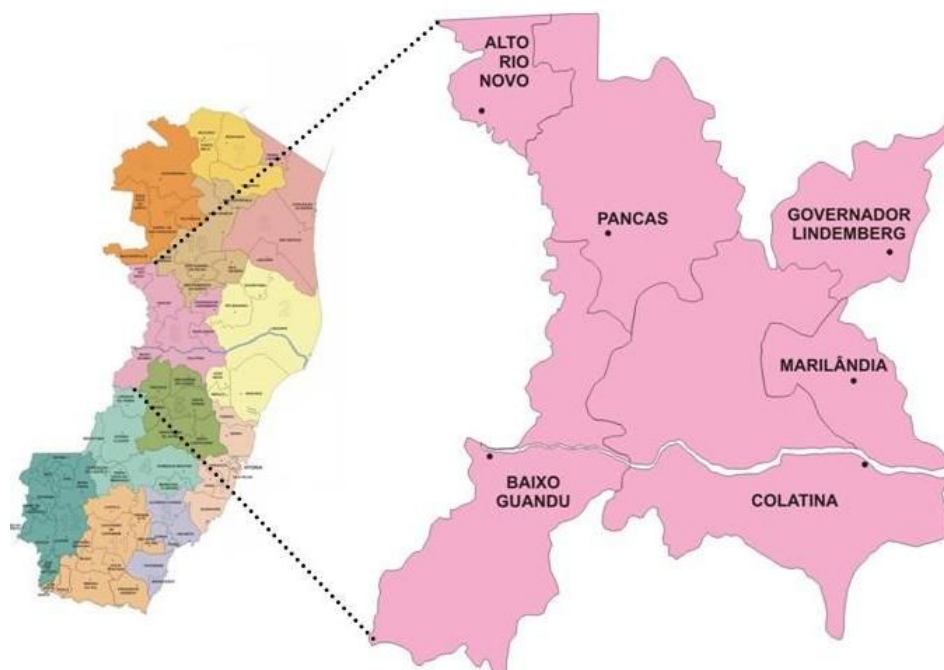
6- Microrregião Litoral Norte



7- Microrregião Extremo Norte



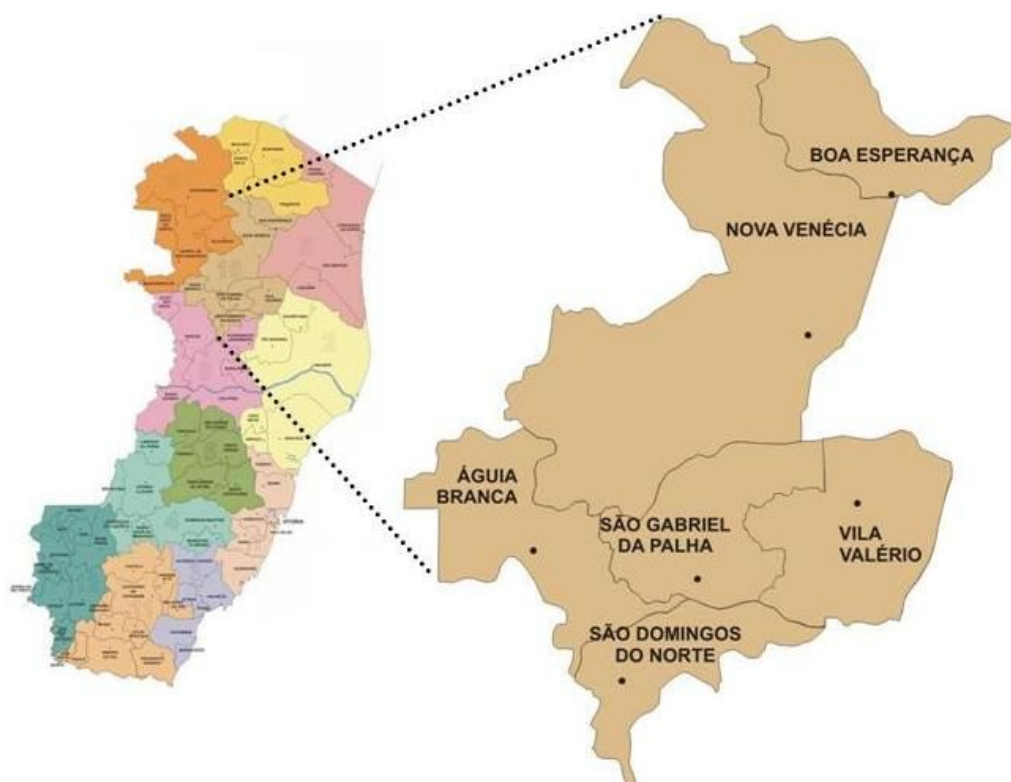
8- Microrregião Polo Colatina



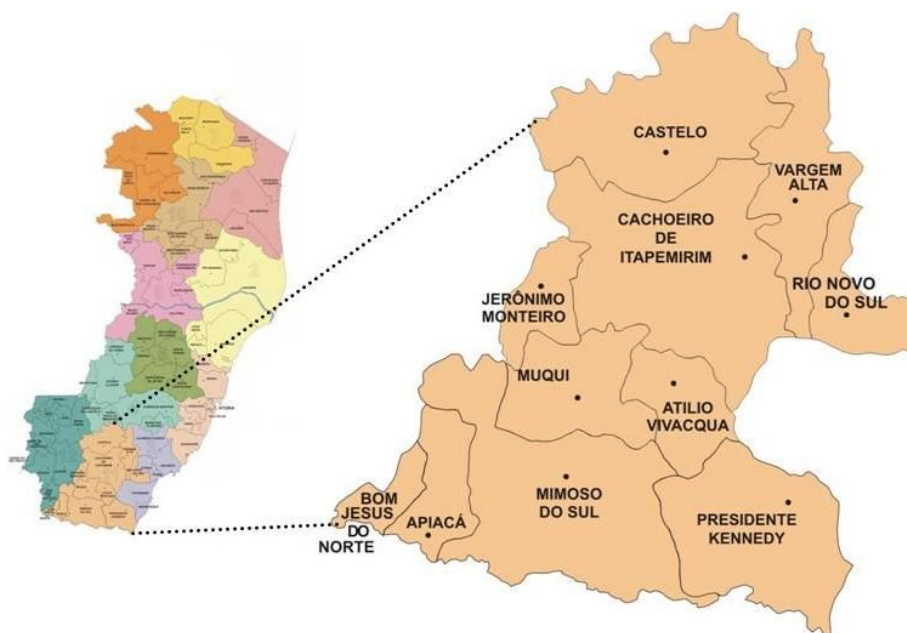
9- Microrregião Noroeste 1



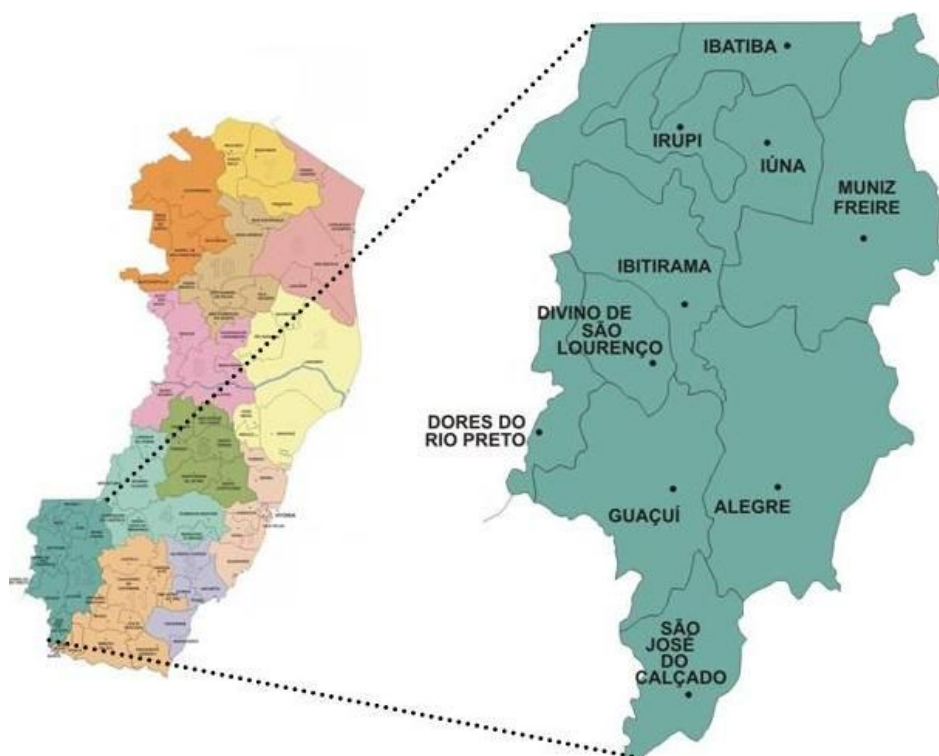
10- Microrregião Noroeste 2



11- Microrregião Polo Cachoeiro



12- Microrregião Caparaó



Anexo VI

DECRETO N° 2654-R, DE 05 DE JANEIRO DE 2011.

Institui o Sistema de Gestão do Plano Estratégico do Governo do Estado do Estado do Espírito Santo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições legais conferidas pelo art.91, II I da Constituição Estadual, DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Gestão do Plano Estratégico do Governo do Estado do Espírito Santo com abrangência a todos os órgãos da administração estadual e que terá sua organização e funcionamento em conformidade com as diretrizes estabelecidas por este Decreto.

Art. 2º O Sistema de Gestão do Plano Estratégico fundamenta-se na definição de “eixos estratégicos” como elementos orientadores da organização dos subconjuntos de projetos que serão executados.

Art. 3º Os projetos serão definidos por propostas dos Secretários a partir de estudos e diagnósticos da realidade setorial, demandas e sugestões recebidas da sociedade, debates em seminários internos, regionais ou temáticos de planejamento estratégico, análise do respectivo comitê e, finalmente, aprovadas pelo Governador do Estado.

Parágrafo único. Cada projeto terá metas de resultados e um gerente responsável, devidamente cadastrado em um sistema próprio que permitirá o acompanhamento de sua execução pela administração.

Art. 4º O monitoramento da execução dos projetos ocorrerá em reuniões semanais presididas pelo Governador ou, em suas ausências, pelo Secretário de Economia e Planejamento, à exceção daquelas referidas à “Prevenção e Redução da Criminalidade” que, na hipótese mencionada, serão presididas pelo Secretário de Estado Extraordinário de Ações Estratégicas.

Art. 5º A reunião prevista no artigo anterior versará sobre o conjunto de projetos que compõem cada eixo estratégico.

§ 1º Deverão ser avaliados o cumprimento do cronograma e o alcance das metas estabelecidas, bem como os obstáculos e ameaças à plena execução de cada um.

§ 2º As alternativas de correções e responsáveis para solução deverão ser adequadamente registradas para o devido acompanhamento durante as semanas seguintes.

Art. 6º Uma vez definido o conjunto de projetos para um exercício financeiro, não haverá, salvo em condições excepcionais aprovadas pelo Governador, novas inclusões.

Parágrafo único. No caso do eixo estratégico “Prevenção e Redução da Violência”, haverá também subcomitês com temas específicos que se reunirão com periodicidade própria.

Art. 7º O Sistema de Gestão do Plano Estratégico admite a possibilidade de comitês especiais para articular Secretarias, Autarquias e outras instituições envolvidas em projetos de grande

porte, públicos ou privados, cujos impactos sociais e econômicos devem ser considerados de forma especial no planejamento dos investimentos públicos no Estado do Espírito Santo.

Art. 8º É de responsabilidade da Secretaria de Economia e Planejamento a implementação do Sistema de Gestão do Plano de Ação de que trata este Decreto, cabendo ao Secretário de Estado de Economia e Planejamento a sua coordenação, bem como o assessoramento ao Governador em suas demandas relativas ao Sistema e aos Secretários das demais pastas com vistas à estruturação e o acompanhamento da carteira de projetos.

Art. 9º Tendo em vista a realização do previsto no Art. 4º, ficam instituídos Comitês por Eixos Estratégicos, conforme composição indicada a seguir:

I. Melhoria da Gestão Pública e Valorização do Servidor:

- a) Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos;
- b) Secretário de Estado da Fazenda;
- c) Secretário de Estado de Governo;
- d) Secretário de Estado de Controle e Transparência.

II. Desenvolvimento da Educação, Cultura, Esportes e Lazer:

- a) Secretário de Estado da Educação;
- b) Secretário de Estado da Cultura;
- c) Secretário de Estado de Esportes e Lazer.

III. Produção do Conhecimento, Inovação e Desenvolvimento:

- a) Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia;
- b) Secretário de Estado de Desenvolvimento;
- c) Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- d) Secretário de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

IV. Integração Logística:

- a) Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas;
- b) Secretário de Estado de Desenvolvimento;
- c) Secretário de Estado do Turismo.

V. Desenvolvimento da Infraestrutura Urbana:

- a) Secretário de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano;
- b) Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas.

VI. Emprego e Qualidade de Vida, Participação e Proteção Social:

- a) Secretário de Estado do Trabalho Assistência e Desenvolvimento Social;
- b) Secretário de Estado da Saúde;
- c) Secretário de Estado da Cultura;
- d) Secretário de Estado de Esportes e Lazer.

VII. Atenção Integral à Saúde:

- a) Secretário de Estado da Saúde;

b) Secretário de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

VIII. Prevenção e Redução da Violência:

- a) Secretário de Estado Extraordinário de Ações Estratégicas;
- b) Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social;
- c) Secretário de Estado de Justiça;
- d) Defensor Público Geral.

IX. Distribuição dos Frutos do Progresso:

- a) Secretário de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca;
- b) Secretário de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

X. *Inserção Nacional:*

- a) Superintendente Estadual de Comunicação Social;
- b) Secretário de Estado da Cultura;
- c) Secretário Chefe da Casa Civil;
- d) Secretário de Estado do Governo;
- e) Chefe de Gabinete do Governador.

Parágrafo único. O Secretário de Economia e Planejamento coordenará e convocará as reuniões de trabalho mediante convite sempre que necessário, por definição de um calendário anual ou, ainda, por solicitação de qualquer dos membros do Comitê, à exceção do Comitê descrito no inciso VIII, que será coordenado pelo Secretário de Estado Extraordinário de Ações Estratégicas.

Art. 10. O Coordenador do Comitê convidará outros servidores sempre que necessário tendo em vista a pauta de trabalho de cada reunião.

Art. 11. Os Secretários de Estado participantes dos Comitês convidarão os Diretores de órgãos vinculados ou outros servidores para as reuniões dos respectivos comitês, de acordo com a pauta de trabalho de cada reunião.

Art. 12. O Procurador Geral do Estado indicará um Procurador para cada Comitê com o objetivo de conhecimento prévio dos problemas suscitados na área jurídica, além da contribuição de cada um deles para o debate.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, aos 05 dias de janeiro de 2011, 190º da Independência, 123º da República e 477º do Início da Colonização do Solo Espírito-santense.

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado



www.planejamento.es.gov.br

Secretaria de Estado de Economia e Planejamento – SEP
Subsecretaria de Estado de Orçamento – SUBEO
Gerência de Normas e Sistemas de Gestão Orçamentária – GENSIG

Tel.: (0xx27) 3636-4267
E-mail: gensig@planejamento.es.gov.br

Realização:



Gerência de Normas e Sistemas de Gestão Orçamentária – GENSIG
Avenida Governador Bley, nº 236 – Ed. Fábio Ruschi – 5º andar – sala 11
CEP: 29010-150 – VITÓRIA - ES